

DIREÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DO PROJETO HEGEMÔNICO PROFISSIONAL.

FERNANDA DOS SANTOS VARANDAS*
TALITA FERNANDA STABILE**
ILDA CHICALÉ ATHAURI.***

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso objetivou conhecer e analisar a prática do assistente social na política de atendimento da criança e do adolescente e sua relação para a efetivação do Projeto Hegemônico Profissional no Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Pederneiras e Centro de Formação e Integração do Menor de Igaraçu do Tietê – Projeto Vida. A pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa tendo como peso maior os dados subjetivos, intencionalizando mostrar os resultados através de depoimentos pessoais. Para a coleta de dados foi utilizado como instrumentais a observação sistemática para uma maior apreensão da realidade e a entrevista por pautas proporcionando um contato direto entre entrevistador e entrevistado através da técnica do gravador. Os resultados demonstram que o assistente social nos referidos campos citados anteriormente junto a política de atendimento da criança e do adolescente atuam de acordo com a direção ético-política, estando comprometidos com o Projeto Hegemônico Profissional, promovendo ações embasadas numa perspectiva de totalidade, dando ênfase a um método dialético de transformação da realidade social que os envolvem, garantindo assim a efetivação de direitos sociais, cidadania e emancipação social dos sujeitos.

Palavras – chaves: Direção Ético-Política. Assistente Social. Projeto Hegemônico Profissional.

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

**Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

***Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1979), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora na Faculdade de Serviço de Bauru mantida pela Instituição Toledo de Ensino (ITE).

ABSTRACT

This conclusion report of the course had a goal to know and to analyse the practice of social assistant in the politic of the child and adolescent treatment and their relation for the guarantee of the Professional Hegemonic Project in the Assistance and Social Development Department of the city hall from Pederneiras and Formation na Integration Center of de Minoros f Igaraçu do Tiete – Life Project. The survey is described by the qualitative approach having as bigger influential point the subjective data, having the intention of showing the results through personal testimonials. For this data collect it was used as instruments the systematic observation for a bigger apprehension of the reality and the interview in lines giving with it a direct contact between the interviewer and the interviewee through the recording technique. The results show that the social assistant act according to the etic-politic direction, in the fields mentioned before with child's and adolescent's treatment politic, being committed to the Professional Hegemonic Project, promoting actions based total perspective, giving emphasis to a dialect method of conversion the social reality that involve them, granting this way the sure to their social rights, citizenship and social emancipation of the character.

Key – Words: Etic-Politic Direction. Social Assistant. Professional Hegemonic Project.

1 INTRODUÇÃO

A formação profissional do assistente social só pode ser captada a partir de uma compreensão da própria história do Serviço Social que, por sua vez, não deve ser entendida como uma cronologia de fatos, mas na sua interlocução com o contexto geral da sociedade. Isto é, sua história está em conexão com a história dos processos econômicos das classes sociais e das próprias ciências sociais.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, bem como na estruturação de um mercado de trabalho particular, resultante de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários.

De uma forma geral, a emergência da profissão na sociedade industrializada está associada à intervenção do Estado, se institucionalizando e se legitimizando no Brasil a partir dos anos 30, como um dos recursos mobilizados pelo Estado e empresariado com o suporte da igreja católica.

Na década de 60 o movimento de reconceituação do Serviço Social questionou seus referenciais assumindo as insatisfações de sua conjuntura histórica, iniciando em toda a América Latina um amplo movimento de renovação em diferentes níveis: teórico metodológico, técnico operativo e ético político.

Este movimento impôs aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses da população usuária. Foi no bojo desse movimento e em seus desdobramentos históricos que se definiram e se confrontaram diferentes tendências da profissão, no ponto de vista teórico e prático.

Desafiado pelas mudanças em andamento com a pobreza e incontáveis faces da exclusão social é que o assistente social brasileiro se propõe a construir um Projeto Ético Político na direção de uma sociabilidade, mais justa, mais igualitária onde direitos sociais sejam efetivados.

A construção deste projeto profissional se deu nos anos 90 resultando na organização da categoria através das entidades: CFESS/CRESS (Conselho Federal de

Serviço Social e Conselho Estadual de Serviço Social), a Associação Brasileira de

Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO, entre outras associações dos assistentes sociais.

O Projeto Hegemônico Profissional possibilitou grandes transformações na categoria da profissão, bem como a ruptura com o histórico conservadorismo, o avanço na produção de conhecimentos (pós-graduação em Serviço Social no país, mestrado e doutorado), a visão crítica dos profissionais, capacitação para o enfrentamento das expressões da questão social.

A criação das diretrizes curriculares foi um marco muito importante para a profissão de Serviço Social, sendo que as mesmas reafirmaram o projeto profissional, valorizando os princípios éticos e de equidade social, fazendo com que a profissão tenha maior visibilidade e competência para acompanhar as mudanças societárias.

Assim criou-se também a nova Lei de Regulamentação da profissão (lei nº 8662 de 07/06/1993) que dispõe sobre o exercício profissional, suas competências e atribuições privativas, e os fóruns, que objetivam disciplinar e defender o exercício da profissão através do acompanhamento e da fiscalização do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social.

Através dos indiscutíveis avanços do debate profissional dos últimos vinte anos do Serviço Social brasileiro, destaca-se o novo Código de Ética Profissional, aprovado em 13 de março de 1993, pela resolução do CFESS que define para o assistente social os princípios éticos fundamentais que fazem parte do projeto ético político da profissão e tem como valor central “a liberdade”, comprometida com a autonomia, a emancipação, a plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa dos direitos humanos, a recusa do preconceito, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados entre outros aspectos essenciais para a competência profissional.

Diante destas transformações na categoria profissional o assistente social passou a trabalhar com diversos públicos alvos. Sendo assim, enfatizamos o campo da criança e adolescente, os quais devem garantir os seus direitos sociais e ampliação de sua cidadania, objetivando seu pleno desenvolvimento e crescimento positivo, para que estes possam alcançar sua emancipação social.

O profissional investiga a realidade social dos usuários para intervir, participando do cotidiano da criança e do adolescente de maneira crítica, política e dialética,

desenvolvendo suas ações com flexibilidade, ética profissional, eliminação de quaisquer formas de preconceitos e tendo a liberdade como valor ético central, justiça e equidade social.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa vem propor uma maior reflexão sobre a análise da direção ético-política do assistente social na política de atendimento à criança e adolescente, na perspectiva do Projeto Hegemônico Profissional.

Para os campos de estágio: Centro de Formação e Integração do Menor de Igarapu do Tietê – Projeto Vida e Prefeitura Municipal de Pederneiras – Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social, a pesquisa torna-se imprescindível, uma vez que a Direção Ética Política dos profissionais de Serviço Social exige uma prática voltada para efetivação do Projeto Hegemônico Profissional.

Como objeto de estudo destacamos a prática do assistente social na efetivação do Projeto Ético Político.

No objetivo geral da pesquisa buscamos conhecer e analisar a prática do assistente social na política de atendimento da criança e do adolescente e sua relação para a efetivação do Projeto Hegemônico Profissional. Para a efetivação deste, pontuamos alguns objetivos específicos como: constatar a realidade profissional do assistente social na efetivação dos direitos sociais das crianças e adolescentes atendidos no Projeto Vida de Igarapu do Tietê e da Prefeitura Municipal de Pederneiras e identificar como se dá a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social no contexto profissional do Serviço Social.

Para nortear a pesquisa, formulamos o seguinte problema: De que forma os profissionais de Serviço Social concebem o campo de atendimento à criança e o adolescente na efetivação do Projeto Hegemônico Profissional? Tendo como hipótese a seguinte colocação: o assistente social no campo da criança e do adolescente se depara com diversas expressões da questão social, vivenciadas pelos usuários cotidianamente, fazendo a leitura da estrutura, conjuntura e situação social das demandas postas, levando em conta sua totalidade, bem como o contexto social em que estão inseridos.

É importante destacarmos que o trabalho foi dividido em quatro itens percorrendo inicialmente sobre os fundamentos sócio históricos do Serviço Social, quando explanamos as transformações ocorridas na história da profissão.

No segundo item evidenciamos o cenário da pesquisa, o qual apresentamos os campos de estágio que foram referência para o presente estudo.

O terceiro se relaciona com os eixos da pesquisa, apresentação, interpretação e

análise dos dados, através da coleta de dados realizada com os sujeitos entrevistados. E no quarto item discorreremos a trajetória metodológica, caracterizando assim o desenvolvimento da pesquisa.

Finalmente, para encerrar o trabalho apresentamos a conclusão e sugestões, fruto do esforço de muito estudo, pesquisa e leitura realizados no decorrer desta construção.

2 OS FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL

A formação profissional do assistente social só pode ser captada a partir de uma compreensão da própria história do Serviço Social que, por sua vez, não deve ser entendida como uma cronologia de fatos, mas na sua interlocução com o contexto geral da sociedade. Isto é, a história do Serviço Social está em conexão com a história dos processos econômicos das classes sociais e das próprias ciências sociais.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, bem como na estruturação de um mercado de trabalho particular, resultante de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários.

Neste capítulo apresentaremos o estudo sobre a história da profissão bem como as inovações, avanços e o desenvolvimento teórico-prático que ocorreram na história do Serviço Social e as suas conseqüências para a categoria profissional e para a sociedade contemporânea.

2.1 O surgimento da profissão de Serviço Social no Brasil

Contextualizando o Serviço Social no Brasil, evidenciamos que o surgimento da profissão pode ser entendido no interior do desenvolvimento das relações de produção capitalistas embasadas nas condições particulares do país, conforme cita Castro (2003 p.45) em sua obra:

O Processo de imposição da lógica da acumulação capitalista é o eixo em torno do qual se articulam e organizam as funções do Estado e a luta das classes sociais para alcançar sua hegemonia e, naturalmente entre o conjunto delas e a classe operária, que emerge

como o contrário da implantação das relações assalariadas de exploração.

Sendo assim, concordando com autor (Castro, 2003), afirmamos que o Serviço Social enquanto profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho é fruto do trabalho assalariado do sistema capitalista vigente, submetendo-se as mesmas condições da população operária com quem atua e estando submetido às funções e normatizações postas pelo Estado.

Esta contextualização de poder do Estado sobre a profissão e sociedade é bem colocada por Lima (1987, p.35) que pontua:

O Estado é visto apenas numa relação de domínio, poder organizado e máquina de expressão. (...) capaz de responder de um modo mais funcional às exigências da dominação burguesa e na relação de total dependência com a sociedade civil.

Desta forma, consideramos que é nesta ótica que devemos visualizar a relação Estado - Serviço Social e Igreja – Serviço Social com a historicidade da profissão, uma vez que o Estado organiza a sociedade e define as relações de poder e as condições sociais sob o domínio do capital. E a Igreja Católica que vinculou a profissão com o assistencialismo católico, mas também com a doutrina social da Igreja, das suas políticas e relações de poder.

Complementando este pensamento, citamos Castro (2003, p.47) que evidencia:

Os elementos que mais colaboram para o surgimento do Serviço Social têm origem na Ação Católica – intelectualmente laica, estritamente ligada à hierarquia católica, que propugna, com visão messiânica, a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social.

Neste raciocínio, que constatamos a vigorosa ação da Igreja destinada a operar em todas as áreas e instituições sociais, com mecanismos de intervenção em amplos segmentos da sociedade, com a estratégia de conquistar espaços importantes no aparelho Estatal. Assim foi com a profissão de Serviço Social no período de transito para sua profissionalização: implementando-se nos centros de ensino superior e se vinculando a certas instâncias do

Estado com a ideologia doutrinária.

Se tratando de ensino superior, destacamos Iamamoto e Carvalho, (2005) e Castro, (2003) que colocam as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, como católicas, por meio da decisiva participação da Igreja numa política social mais abrangente. E como constatamos a formação de escolas católicas, apesar da particularidade brasileira, assemelha-se em muito ao de outros países. Neles e no Brasil, resultou da reativação do movimento católico para renovar e reinserir a presença da Igreja nos novos blocos de poder a fim de responder adequadamente a uma estratégia de ação doutrinária.

Segundo Castro (2003, p.104), “em 1936 no Brasil, criou-se a 1ª Escola de Serviço Social de São Paulo, inspirada pela Ação Católica e pela Ação Social”. Assim, essa ação social e católica é viabilizada com ampla concretude por Iamamoto e Carvalho (2005, p.168), como a “necessidade de se tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja”.

Neste contexto, em concordância com os autores, esta formação pensava em tornar mais eficiente a atuação das Assistentes Sociais (já que se destacava a grande maioria feminina), na resolução dos problemas favorecendo a qualificação acadêmica, religiosa e técnica.

No Rio de Janeiro, os mesmos autores pontuam que o processo constitutivo do Serviço Social não se desenvolveu sob a tutela da Igreja, mas as suas bases doutrinárias continuavam sendo a moral e os princípios religiosos católicos. Sendo a concepção de Castro (2003, p.108):

A primeira escola católica de Serviço Social no Rio de Janeiro resulta de um processo semelhante ao ocorrido em São Paulo, no bojo de um movimento articulado de vários grupos onde atuavam leigos sob reconhecida influência hierárquica.

Concordando com Carvalho, afirmamos que no Rio de Janeiro o processo constitutivo do Serviço Social desenvolveu-se segundo diversas variantes, provavelmente porque na antiga capital do país estavam centralizadas muitas repartições públicas sob cuja demanda se profissionalizou o Serviço Social.

Como foi visto, o Serviço Social não é um processo isolado e as escolas de Serviço Social foram construídas sob as influências européias e norte-americanas, as quais se

caracterizaram pelo desenvolvimentismo, tecnificação e reconceitualização. Desta maneira:

Relaciona-se também diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e a ação dos grupos, classes e instituições que interagem essas transformações. Seu surgimento se dá no bloco católico, que se manteve por um período relativamente longo, um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 213).

Os mesmos autores pontuam, que as escolas de Serviço Social com o tempo perdem a homogeneidade, que vai sendo quebrada a partir de uma base de recrutamento mais ampla, quando que o Assistente Social deveria assim, ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, solicitado pelas injustiças sociais, miséria, e esta solicitação deveria corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade.

A partir desta caracterização, Iamamoto e Carvalho (2005, p.309) analisam o mandato que é confiado aos Assistentes Sociais:

(...) agentes concretos preparados para utilizar métodos e técnicas. Mandato institucional profundamente vinculado a uma demanda, objetivamente determinada pela relação de forças entre as classes fundamentais da sociedade.

Em outra visão profissional, Lima (1987, p. 50) cita o mandato como: “(...) profissionais preparados para dialogar com o povo, como se a participação fosse uma questão posta pelo padrão da sociedade e que conseqüentemente pudesse reduzir a um aspecto puramente técnico”.

Assim:

Obtém –se um primeiro nível da especificidade do serviço social institucionalizado: integrando-se a uma grande diversidade de instituições que se definem a partir de práticas sociais e assistenciais determinadas, onde o Serviço Social tem por clientela privilegiada os segmentos mais carentes que têm acesso a elas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005 p.311).

Desta forma, ainda tendo como base estes autores, complementando este pensamento, podemos dizer que na caracterização a estes segmentos, citados por Iamamoto e Carvalho (2005), “a atenção era voltada mais diretamente às mulheres e crianças, sendo somente com o passar dos anos, destinada a toda população carente” (p.312-313).

Ao mesmo tempo, ainda nos referindo aos segmentos de atenção, Lima (1987, p. 117) fala que “se trata, sem dúvida, de construir um desenvolvimento, de forma a beneficiar não apenas frações da população, mas todo o povo e segundo o pleno desenvolvimento de cada um”.

Nesta concepção:

Fronteamos, portanto, uma atividade onde o bem-estar social da pessoa humana é a nota dominante, onde a preocupação com a sorte do homem tomado individualmente ou em grupo é o caráter decisivo e, por isso mesmo, embebido naquela concepção de vida e a concepção cristã, onde todas as soluções se encontram, para onde todos os ideais de concórdia convergem, onde todas as aspirações de paz se cruzam, se entretecem, se misturam (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p.327).

Então, através deste conceito, num país onde há muito que fazer, e refazer, construir, instaurar e restaurar e o Serviço Social é um estandarte a agitar-se no horizonte de nossa futuridade histórica, como um convite irresistível à dedicação humana é que surgem os primeiros Congressos de Serviço Social na década de 1940 a 1960, que, segundo Iamamoto e Carvalho (2005, p.140 e 141),

(...) gestam condições essenciais para o florescimento e amadurecimento da profissão dentro de um quadro mais amplo de enfrentamento às problemáticas conseqüentes do sistema econômico capitalista através de um trabalho constante.

Contudo, esta luta dos profissionais de Serviço Social na busca pelo crescimento e conquista de novos ideais na sociedade, foi sendo mostrada com o passar dos anos em cada marco da profissão até que ocorreu uma conquista legítima para o Serviço Social

denominada Movimento de Reconceituação, sendo este realizado em 1965 e que teve como conseqüências vários avanços significativos para a profissão.

2.2 Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social.

As alterações no padrão de acumulação capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, em resposta à crise do capital que eclodiu no cenário internacional nos anos de 1970, vêm se consubstanciando.

Impulsionadas pela revolução tecnológica de base micro eletrônica e robótica, relata Iamamoto (2005, p. 112) que se verificam profundas alterações no âmbito da produção e comercialização, nas formas de gestão da força de trabalho, na estruturação dos serviços comerciais, financeiros, etc.

Como afirma Martinelli, (2000, p. 36):

O novo modo de produção exigia a concentração dos trabalhadores em um espaço específico: a fábrica, a indústria, locus da concentração da produção, tendo em vista a expansão do capital. Há nesse momento uma demanda contínua de mão de obra para atender ao ritmo da produção fabril, e assim a concentração da produção que leva a uma concentração da população operária, que, passando a viver nos arredores da fábrica, vai incrementar o surgimento das cidades industriais, como condição necessária do capital.

Sendo assim, a moderna sociedade burguesa, que despontou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe, mas substituiu as velhas classes e velhas condições de opressão por outras novas. Ainda, ressalta Martinelli (2000, p. 37) que toda a sociedade vai se dividindo, cada vez mais em dois grandes grupos inimigos, em duas grandes classes, que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado.

Desta forma, Martinelli (2000, p. 37) relata que:

O modo de produção capitalista e o ideário que lhe dá sustentação haviam penetrado fundo na estrutura da sociedade, representando para a burguesia na uma fase histórica mas sim o seu momento final, o momento da completude histórica. Para o proletariado, a ascensão do capitalismo significava a exploração de suas próprias vidas, o dilaceramento de sua história. A expressão material e concreta de

tais antagonismos será a luta de classes, instituindo-se como um verdadeiro signo das relações entre burguesia e proletariado.

Com base nos autores citados acima, podemos dizer que as transformações societárias e alterações no mundo do trabalho trouxeram o aumento da exclusão e competição entre as classes burguesa e proletária, quando a população trabalhadora é cada vez mais explorada e submetida a condições indignas de trabalho.

Pontua ainda Netto (1992, p. 15):

As profundas modificações sofridas então pelo capitalismo que, quando tendências, foram objeto da prospecção teórica marxiana, não infirmaram em nenhuma medida substantiva as análises elementares de Marx sobre o seu caráter essencial e o da ordem burguesa: o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.

Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceito que o capitalismo, no século XIX experimentou profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades que envolvia, neste sentido destaca Netto (1992, p. 25):

Igualmente, apontar que as demandas econômico-sociais e políticas imediatas de largas categorias de trabalhadores e da população podem ser contempladas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista não significa que esta seja a sua inclinação “Natural”, nem que ocorra “normalmente”, o objetivo dos superlucros é a pedra de toque dos monopólios e do sistema de poder político de que eles se valem, entretanto, respostas positivas a demanda das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto ou indireto da maximização dos lucros.

Destacamos nesta linha argumentativa que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar

legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demanda das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo tencionados, não só pelas exigências da ordem monopolista, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária.

Netto (1992, p. 25) cita que:

É somente nestas condições que as seqüelas da questão social tornam-se mais exatamente: podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a questão social se põe ao alvo de políticas sociais.

Neste contexto, a questão social era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa, ou no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital.

Em outra visão profissional, Martinelli (2000, p. 63) pontua:

Separar o trabalhadores dos meios de produção, leva-lo a alienação de sua própria força de trabalho, exercer um rigoroso controle sobre seus movimentos, seja no interior da fábrica, seja no contexto social mais amplo, eram, entre outros, os mecanismos usuais dos quais a burguesia se valia para consolidar o seu poder de classe e fortalecer a malha alienante que envolvia a sociedade por ela engendrada.

Evidenciando o Serviço Social nesta época, observamos a centralidade da categoria de trabalho no debate contemporâneo da profissão, propondo uma leitura, apoiada na perspectiva teórico-metodológica de Marx, sobre o Serviço Social e sua inserção em processos de trabalho, bem como o cenário atual e suas incidências na questão social, do redimensionamento da profissão diante das alterações societárias e no mundo do trabalho. Assim, Iamamoto, (2005, p. 85) destaca que:

Com a emergência da sociedade burguesa afirma-se o trabalho livre como seu pilar: o trabalho desvinculado da esfera doméstica, da propriedade, do domínio feudal e compromissos extra-econômicos,

subordinados a racionalidade técnica e econômica do capital. Assim a tradição clássica do pensamento social marxista ou burguesa, oriunda do século XIX, reconstruiu a estrutura e dinâmica da sociedade capitalista a partir da origem do trabalho, da produção, das relações de propriedade e critérios de racionalidade.

Desta forma, entendemos que hoje essa realidade estaria historicamente superada, exigindo uma nova teoria sobre o próprio objeto da sociologia. Não é possível desconhecer a crescente diferenciação ou heterogeneidade das formas de trabalho remunerado e das classes trabalhadoras, sem observar a retratação da demanda do trabalho industrial e agrícola e o crescimento relativo da capacidade de absorção do setor de serviços.

Constatamos também, a convivência de formas de trabalho assalariado como o trabalho autônomo, doméstico, clandestino e as múltiplas expressões de precarização dos vínculos e relações de trabalho, desemprego e a exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores na inserção e re-inserção no mundo do trabalho, tornando-se estreita a relação à oferta de força de trabalho disponível, fazendo crescer a pobreza e a miséria, comprometendo os direitos sociais e o direito à própria vida.

Então, somente na intercorrência deste conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais que se tangencia nas seções precedentes de exploração e alienação é que se instaura o Serviço Social como profissão.

Segundo Martinelli (2000, p. 66):

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes - alienação, contradição, antagonismo, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.

Sendo as múltiplas expressões da questão social o objeto sobre o qual incide o trabalho profissional, é importante reconhecer que uns dos aspectos centrais da questão social, hoje, são a ampliação do desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho.

Netto (1992, p. 69) aponta que:

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona

decisivamente à evolução da ajuda, à regionalização da filantropia, nem à organização da caridade, vincula-se a dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; (...).

Portanto, a profissão de Serviço Social frente a esta realidade social, na qual observamos a exploração, desemprego, alienação, etc., é chamado a intervir, desvelando e trabalhando esta problemática, propondo mudanças, efetivação dos direitos e acesso a cidadania da população usuária, estando contudo sempre de acordo com Projeto Ético Político do Serviço Social, princípio básico da categoria profissional.

2.3 A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social e a nova direção social da profissão.

A década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico- acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de Assistentes Sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das duas últimas décadas, neste sentido buscamos Iamamoto, (2005, p. 50) que cita:

Esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Foi no contexto de ascensão e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor – entre outras manifestações -, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980.

Um olhar retrospectivo para as duas últimas não deixa dúvidas que, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade. Os Assistentes Sociais ingressaram nos anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento.

Assim, temos um grande marco para a profissão chamado “Movimento de Reconceituação”, o qual ocorreu na América Latina e se caracterizou por um processo de revisão crítica do Serviço Social em todos os seus níveis e em todos os seus aspectos.

De acordo com Macedo, (1981, p. 25):

(...) ao processo de Reconceituação do Serviço Social, em franco desenvolvimento, conduz a constatação de que tal processo não pode ser tomado como resultante de uma crise interna e isolada do próprio Serviço Social como disciplina profissional, mas, ao contrário, ele reflete toda uma linha de questionamento da própria ciência social em seu processo de constituição, traduzindo as influências das mais diferentes correntes epistemológicas contemporâneas.

Desta forma, os Assistentes Sociais mais radicais chegaram, através da reconceitualização, a reconhecer o Serviço Social como um produto da concepção positivista do conhecimento e da ciência. A essa ligação com o positivismo se atribui, portanto ao Serviço Social, uma dedicação maior no que diz respeito à operacionalização das verdades descobertas pela Psicologia e Sociologia, ocasionando uma crescente dicotomia entre a teoria e a prática no âmbito profissional e uma maior valorização dos aspectos metodológicos.

Macedo, (1981, p. 25) pontua que:

Todas as preocupações do Serviço Social se prendiam, aí, a uma melhor elaboração de seus métodos básicos. A significação atribuída às novas epistemologias, ou seja, aquelas epistemologias que concebem o conhecimento como processo em construção, sempre alerta ao julgamento da atividade científica, se refletiu no Serviço Social, dando início ao movimento de seus reconceitualização.

Ainda para evidenciar este grande movimento, Macedo (1981, p. 26) ressalta

que:

A Reconceitualização do Serviço Social surge como um movimento de revisão e crítica, a década de 60, com pretensões a romper com esse metodologismo e essa dicotomia entre teoria e prática, que caracterizavam o Serviço Social de origem norte-americana. Desta forma, a Reconceitualização teve como ponto de partida ou propósito de romper com o Serviço Social tradicional. Em sua evolução, vem se manifestando através de diferentes posições epistemológicas que, conseqüentemente, evidenciam a influencia de distintas orientações metodológicas nas posições assumidas pelos autores, identificados com esse movimento.

Apesar de já ter se consagrado como um movimento, a Reconceitualização do Serviço Social não se apresenta como um bloco unitário de idéias; pelo contrário, manifesta-se através de diferentes orientações teóricas que originam concepções distintas e, às vezes antagônicas de Serviço Social.

Silva, (1982, p. 45) relata:

Vale salientar que no movimento de reconceituação, ao tomar direções distintas, como ponto de partida, devem ser considerados não só os marcos de referencia teórica que embasam cientificamente a profissão, como também a realidade social que caracteriza a América Latina de modo especial. Por esta razão, o Serviço Social, ao intervir numa realidade, não pode prescindir de uma teoria que lhe possa dar elementos para que de fato sua intervenção venha a atingir os fins a que se propõe. Se sua ação se volta para o homem concreto, inserido numa realidade, o conhecimento dessa realidade, ao exigir uma teoria que embase a ação, envolve ainda uma opção ideológica do assistente social, opção enquanto vai atuar como profissional, o que o leva a desenvolver com maior eficácia o seu trabalho.

A ação do Serviço Social, fundamentando-se num conhecimento da realidade onde vai intervir, conseqüentemente envolverá uma ideologia que conduzirá sua ação. Então este movimento de reconceituação é importante para a profissão, pois levou os profissionais a tomarem consciência da necessidade de uma análise interpretativa da realidade social latino - americana.

A reconceituação é considerada como um movimento que tenta romper com as concepções que prevaleciam no âmbito da profissão e que já não respondia à problemática

da América Latina. A partir dela, veio a ser discutida a necessidade de um compromisso do Serviço Social com as massas desprotegidas. Esse compromisso passou a exigir segundo Silva, (1982, p. 55) uma redefinição da ação profissional, o que implica novas proposições conceituais, metodológicas e práticas, a fim de que tal propósito fosse atingido.

Assim, após o movimento de reconceituação, surge a necessidade de re- construir o Projeto de Formação Profissional do Assistente Social, demarcado transversalmente pelos dilemas da contemporaneidade da sociedade brasileira nos anos 1990.

Iamamoto, (2005, p. 195) enfatiza:

(...) um projeto de formação profissional que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. Construção essa que é processual, que está sendo realizada na cotidianidade da prática social, cabendo aos agentes profissionais detectá-las e delas partilhar, contribuindo, como cidadãos e profissionais, para seu desenvolvimento.

Assim, este projeto profissional revela horizontes para a formulação de contrapropostas profissionais no enfrentamento da questão social, solidárias com o modo de vida e de trabalho que a vivenciam, não só como vítimas da exploração e da exclusão social, mas como sujeitos que lutam, por isso, pela preservação e/ou reconquista de sua humanidade, pela construção, na prática da vida social cotidiana, de seu direito de ter direitos de homens e de cidadãos.

Desta forma, pontua ainda Iamamoto, (2005, p. 196) que:

Aprender este processo social na sua contraditoriedade é requisito para se construir um projeto de formação profissional que reafirme o estatuto profissional do Serviço Social, na medida em que este esteja comprometido com a formulação de programáticas: de propostas de ação no campo da implementação e da formulação de políticas sociais públicas e privadas, da dinâmica do mundo do trabalho e de seu mercado, atento ao universo da cultura universal, mas também a visão de mundo dos subalternos, decifrando seus códigos, suas maneiras particulares de expressão de sua vida social em formas culturais.

Assim, uma das exigências que se vislumbra na reconstrução do projeto de formação

profissional é estimular a aproximação dos Assistentes Sociais às condições de vida das classes subalternas, de suas formas de luta e organização. Captar as formas de explicitação social, cultural e política de seus interesses e necessidades, criadas no enfrentamento coletivo e individual de situações de vida, de experiências vivenciadas.

É neste sentido que a formação profissional deve viabilizar condições para que os novos Assistentes Sociais sejam sensíveis e solidários ao processo de criação de uma nova cidadania, como estratégia política de gestão de uma cultura pública democrática, contrapondo-se ao individualismo, a linguagem do mercado e ao “ethos” da pós-modernidade.

Diante deste contexto, Macedo, (1981, p. 103) relata que:

O Serviço Social pretende nesta concepção conhecer o homem por meio de suas relações sociais, através de seu posicionamento de classe. Com esta base, se inicia aqui um processo de construção teórico metodológico, ético político e técnico operativo, mediante a fixação de uma posição ideológica para o Serviço Social ante a problemática da América Latina.

Neste sentido, a afirmação do Projeto Ético Político de Serviço Social requer a afirmação de um perfil profissional comprometido, propositivo, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo em que tudo que é sólido, desmancha no ar. Como cita Iamamoto, (2005, p.145):

Um profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho – ali presentes como possibilidades – transformando-as em alternativas profissionais.

Contudo, o Serviço Social, em sua prática dispõe de condições potencialmente privilegiadas, pela proximidade que tem ao dia a dia das classes subalternas, de recriar aquela prática profissional nos rumos aventados, exigindo profissionais com subsídios teóricos, éticos e políticos para assim contribuir com o trajeto histórico em rumo aos novos tempos.

2.4 As novas diretrizes curriculares

A visibilidade do Serviço Social como trabalho foi reafirmada em debates pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, no processo de revisão curricular do ensino de graduação em Serviço Social no país. Taís debates redundou na formulação de uma proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Neste contexto, segundo Roesler (2007, p.80):

As Diretrizes Curriculares representam a sistematização dos debates desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970 pela categoria profissional polarizados pela disputa de projetos políticos profissionais da qual conquistou a hegemonia a Vertente de Intenção de Ruptura que orientou a fundamentação teórico-metodológica desta proposta.

Assim, de acordo com Iamamoto, (2005, p.71):

A proposta de currículo encontra-se estruturada a partir de núcleos temáticos, que articulam um conjunto de conhecimentos e habilidades necessários à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade. São três os núcleos temáticos: o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Em outra perspectiva afirmamos que:

A formação e trabalho profissional, vinculados a realidade social, constituíram os núcleos que embasam as novas diretrizes curriculares em processo de implantação e implementação dos projetos políticos pedagógicos das unidades de ensino, consolidando a apreensão crítica dos processos sociais na perspectiva da totalidade (ROESLER, 2007, p.81).

Focalizando estas afirmações, destacamos novamente Iamamoto (2005, p.71) que pontua cada um destes núcleos como “agregadores de fundamentos que se desdobram em matérias e estas em disciplinas nos currículos plenos dos cursos de Serviço Social das unidades de ensino”.

Desta forma, os núcleos temáticos são destacados pela autora (2005), de acordo com a sua ordem e sequência evolutiva, sendo:

O primeiro núcleo – fundamentos teórico-metodológicos da vida social – indicando ser necessário ao assistente social o domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer e decifrar o ser social, a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2005, p. 72).

Enfim, um acervo de fundamentos temáticos que forneçam bases para a compreensão da dinâmica da vida social na sociedade capitalista burguesa. A mesma autora (2005) propõe ainda:

O segundo núcleo – fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira – remete a compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. (IAMAMOTO, 2005, p. 72).

Ou seja, estes elementos devem permitir a apreensão da produção e reprodução da questão social e as várias faces que assume nessa sociedade. E também destaca:

O terceiro núcleo – fundamentos do trabalho profissional – compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (IAMAMOTO, 2005, p. 72).

Isto é, desdobra-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais no exercício de suas funções, resguardando suas competências, normatizadas por lei.

Assim, esses núcleos temáticos são essenciais para atuação profissional, visto que abrangem dimensões e níveis distintos de categorias de análise para a intervenção profissional, envolvendo conhecimentos da vida social, da trajetória histórica brasileira e da atuação profissional do Assistente Social neste meio.

Citando outra característica curricular, destacamos ainda Iamamoto, (2005, p.72) que pontua:

(...) as matérias básicas previstas, como áreas de conhecimento necessárias à formação profissional, podem ser tratadas em disciplinas, seminários temáticos, oficinas, laboratórios, atividades complementares, como monitorias, pesquisa, extensão, intercâmbios, etc.

Sendo assim, estes componentes curriculares formativos do Assistente Social buscam através desta dialética ultrapassar a visão conservadora e tradicional do currículo centrado apenas em disciplinas específicas para uma aprendizagem dinâmica das diversas áreas de conhecimento. Como cita Roesler (2007, p.79):

O Serviço Social alcança o reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina o seu estatuto profissional e o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das ciências sociais e humanas, e, sobretudo, constrói e defende objetivos legitimados por um projeto de sociedade na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas sociais públicas.

Na mesma percepção, Sá (1995, p. 241) destaca que:

(...) o Serviço Social vai buscar nas Ciências Sociais os elementos científicos para formação profissional (...) Reconhece as necessidades e procura aprofundar o embasamento científico, com vistas ao aperfeiçoamento do ensino teórico-prático, adequando sua metodologia à realidade brasileira e ao processo de mudança permanente, através de procedimentos integrados, sem perder de vista a pessoa humana.

Desta forma, compreendemos que a realidade é dinâmica e que deve ser vista a partir do movimento da história, tendo o Serviço Social o dever de acompanhar essa evolução através de relações disciplinares que busquem a transformação societária.

Iamamoto, (2005) ainda pontua a mudança no conteúdo das matérias, uma vez que algumas adquirem um novo tratamento integrado, introdução de novas matérias que visam tratar:

(...) a questão social hoje nas suas várias expressões, envolvendo as desigualdades presentes nas relações de classes matizadas pelas relações de gênero, etnia, raça, que conformam a constituição dos sujeitos sociais em suas condições de vida materiais e subjetivas, interferindo na construção de suas identidades. Salienta-se ainda, a maturação do debate sobre Ética Profissional, o acompanhamento acadêmico-profissional do estágio e o TCC. (IAMAMOTO, 2005, p. 74).

“Existe também a possibilidade de as escolas se organizarem com cursos de pós-graduação, destinados à especialização e aperfeiçoamento de Assistentes Sociais”. (SÁ, 1995, p.96).

Nesta mesma narrativa, Roesler (2007, p.80) pontua que:

(...) a questão social como eixo central compreendendo que a perspectiva é, aprofunda-la como elemento que dá concretude à profissão, ou seja, é a sua base de fundação histórico-social na realidade, e que nesta qualidade, portanto, deve construir o eixo ordenador do currículo.

Assim, verificamos através da linha de pensamento destes autores, que a formação profissional objetiva capacitar e orientar os profissionais para intervir nas expressões da questão social apreendida no interior do processo de reprodução da relação entre o capital e o trabalho e o entendimento da prática profissional neste contexto.

Outra questão que é materializada através das diretrizes, segundo Sá (1995, p.109) “é o conceito de linguagem curricular apreendidos, que confirmam o papel preponderante do sujeito (aluno) como criador da realidade”. Assim, a Legislação Brasileira para o Serviço Social (CRESS/SP, 2004, p. 25) aponta a direção da formação profissional e capacitação do aluno para:

- a apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- a apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades contidas na realidade social;
- a apreensão das demandas, consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
- o exercício profissional, cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor.

Desta forma esta direção da formação profissional, capacita o aluno para obter um olhar diferente sobre a realidade profissional e social da sociedade contemporânea, não se

limitando na sua atuação profissional em ações supérfluas ou no cumprimento de tarefas somente, mas garante a visibilidade de uma formação profissional preparada para o enfrentamento das contingências sociais nas diferentes formas de atuação e expressão, que executem a leitura dinâmica e crítica do contexto social e profissional, com uma visão dialética e que busca enfatizar a estrutura e a conjuntura de forma dinâmica, baseado em todas as teorias e legislações que norteiam os princípios ético- políticos da profissão.

Cabe assinalar ainda, que as atuais Diretrizes Curriculares, impostas pela vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20/12/1996 – LDB), “reafirmam o caráter generalista da formação e da intervenção para muitos onde o Serviço Social é identificado como uma das profissões do futuro” (LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL - CRESS/SP, 2004, p. 26).

Contudo, as novas diretrizes curriculares, citadas pelos autores destacados nesta reflexão, resultaram no atual momento histórico e projetaram-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional, sendo esta a grande moldura da configuração geral das diretrizes gerais aqui expressas.

2.5 A nova Lei de Regulamentação da Profissão (lei nº8.662 de 7 de junho de 1993).

De acordo com a Legislação Brasileira para o Serviço Social - CRESS/SP, 2004, p. 26, a nova Lei de Regulamentação da Profissão, criada em 1993:

Dispõe sobre o exercício profissional, suas competências e atribuições privativas, e os fóruns, que objetivam disciplinar e defender o exercício da profissão, sendo o exercício profissional fiscalizado e acompanhado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

Assim, essa legislação resultou de “um amplo processo de debate dos Assistentes Sociais brasileiros e institucionalizou o processo democrático de deliberação coletiva sobre questões da profissão”. (CRESS/SP, 2004, p.26).

A lei de Regulamentação da profissão dispõe em seu artigo 1º que é livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

Desta forma, consideramos que todo profissional formado em Serviço Social, que tenha se inscrito no Conselho Regional de Serviço Social, tem o direito de exercer a profissão no Brasil, sem discriminar ou ser discriminado.

Em relação às competências do Assistente Social o artigo 4º desta legislação pontua:

- I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população;
- IV – (Vetado)
- V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto à órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Assim, o profissional, deve atuar de acordo com as suas competências profissionais, sendo que, o não cumprimento ou a violabilidade destas acarretará em uma atuação fragmentada, de senso comum e que não gera transformação social.

Além disso, o Assistente Social:

Deve explorar todas as possibilidades da realidade social, assim como as potencialidades dos atores que nela se encontram envolvidos na luta cotidiana pela superação das adversidades vividas pelos usuários nos serviços profissionais e pela sociedade em geral. (GENTILLI, 1999, p. 23)

Desta forma, citamos Gentilli, (1999 p. 15) destacando que:

O domínio do conhecimento da Lei 8.662/93 é tão importante ao assistente social quanto o conhecimento dos objetivos, das rotinas, dos procedimentos regulamentares e culturais das organizações, dos critérios de elegibilidade, da metodologia, das teorias e dos demais elementos que delineiam os contornos das ações profissionais no interior das organizações.

Quanto aos conselhos, em seu artigo 22, a lei pontua as suas legitimidades, regulamentando que:

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social.

Neste contexto, verificamos a grande responsabilidade dos conselhos em tomar posições mais rígidas frente às irregularidades no exercício profissional, zelando pelo prestígio e valorização da profissão. E assim, de acordo com Gentilli, (1999 p. 15):

Os assistentes sociais colocam um sério novo problema a ser enfrentado pela profissão, que é o desligamento do Conselho, “por não ser mais assistente social”. Esses profissionais geralmente foram reciclados em alguma especialização, progrediram na carreira e até encontram-se, não raro, ganhando melhores remunerações. Possuem competência reconhecidamente mais moderna e melhor adaptada ao novo perfil do mercado de trabalho.

Desta forma, segundo Gentilli, (1999 p. 16) o grande desafio prático que vem sendo encarado para os assistentes sociais para não serem desligados do Conselho Regional, está exatamente na convivência conflituosa entre a observância às novas técnicas, rotinas e discursos administrativos, e a necessidade ética, política e legal de honrar os compromissos com a consolidação da cidadania, da liberdade, da justiça social, dos direitos humanos, do estímulo à participação política dos usuários e dos serviços que prestam na profissão.

2.6 O Código de Ética Profissional do Serviço Social (resolução do CFESS nº273/93 – de 13 de março de 1993).

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania.

Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência originou as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Assim, coloca Vieira, (1978, p. 182):

A Ética é o estudo filosófico explicativo dos fatos morais, os quais são “apreciações éticas, preceitos, normas, atitudes, manifestações da consciência, etc.” Os objetos da ética são os atos humanos, não apenas na sua descrição, mas na explicação de sua valorização e comportamento. Assim, a ética pretende estudar em profundidade o ser e o sentido das normas morais, isto é, explicar o bem moral e suas características. A ética é, portanto, a ciência moral, quer historiando os fatos morais na sua evolução, quer mediante métodos psicológicos.

Desta forma, da ética constitui-se a moral que orienta o homem em todos os seus atos e ações cotidianas, sendo esta fundamental para o agir do profissional de Serviço Social, para que suas ações possam a ética como valor central.

Segundo a Legislação Brasileira do Serviço Social, (1993, p. 15):

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente”

A dinâmica deste processo, que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social, materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram

diversamente no universo profissional.

Em 1947, a Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABESS- redigiu e aprovou na sua assembléia geral o primeiro Código de Ética, que vigorou durante dezoito anos, o qual sofreu várias influências européias. Diante deste contexto, pontua Vieira (1978, p. 196):

O novo Código toma como base os valores da profissão como agir humano dirigido para um fim. Portanto, não é apenas a situação do assistente social em relação ao usuário, que é importante, mas também sua qualidade de membro integrante de um grupo inserido em determinada sociedade. Desta maneira, não é apenas o usuário que tem direitos ao serviço do assistente social, mas o assistente social também tem direitos perante esta mesma sociedade, direitos esses que lhe permitirão exercer seus deveres e garantir o progresso da profissão.

No plano da reflexão e da normatização, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a "ética da neutralidade", e afirmação de um novo perfil do técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teoricamente, tecnicamente e politicamente.

Na Legislação Brasileira do Serviço Social, (1993, p. 16) consta que:

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicitação do sentido eminente do Código de 1986. Tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional.

Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético- político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a

explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. Assim consta na Legislação Brasileira do Serviço Social, (1993, p. 13):

A liberdade e a equidade favorecem a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social.

Esta legislação teve o cuidado de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre Assistentes Sociais, Instituições/Organizações e população, preservando os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do usuário.

A ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade.

Esta reflexão já contém em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação.

Desta forma, ainda pontua a Legislação Brasileira do Serviço Social, (1993, p. 17):

É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

Os atos e o agir profissional não são unilaterais. Os atos de uma pessoa repercutem e afetam outros, assim como esta é também afetada pelos atos dos outros. A relação e correspondência do agir das pessoas umas com as outras estabelece a comunicação entre elas

e constitui a vida em sociedade, criando direitos e deveres que regulam as relações entre seus membros.

Assim, segundo o Código de Ética dos Assistentes Sociais, (1993):

Art. 2º - Constituem direitos do assistente social:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Desta forma, o mesmo Código também pontua os deveres do Assistente Social perante suas ações e a população usuária, o qual estabelece ligação direta e horizontal:

Art. 3º - São deveres do assistente social:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Esta legislação ressalta ainda que:

Art. 5º - São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

As análises do Projeto Ético-Político do Serviço Social e Código de Ética da Profissão mostram que eles se centram nos valores da liberdade, defesa intransigente dos Direitos Humanos, a democratização de procedimentos, compromisso com a competência e com a qualidade dos serviços prestados.

Diante deste contexto, ressaltamos Iamamoto, (2005, p. 78) que cita:

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social. Afirma como valor ético central, o compromisso com nossa parceira inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos.

Assim, assumir a defesa intransigente dos direitos humanos traz como contrapartida, a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio. Requer uma condução democrática do trabalho do Serviço Social, reforçando a democracia na vida social. Afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade efetiva.

Iamamoto, (2005, p. 78) relata que:

Os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Então ele não pode ser um documento que se “guarda na gaveta”: é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por meio de ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano.

Portanto, esse rumo ético demanda competência, mas não a competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das normas das instituições, da burocracia.

Contudo, ainda constam no Código de Ética Profissional (1993), os princípios fundamentais para a profissão de Serviço Social:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classe trabalhadoras;
Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes

profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;

Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Assim, os atos profissionais são motivados pelos valores que a profissão empresta às atitudes e aos comportamentos dos seus membros. E esta é a essência de um Código de Ética Profissional, garantia de respeito aos direitos humanos e fidelidade ao interesse social, pois o que serve de fundamento ao Serviço Social é a pessoa humana como centro e fim da vida social.

2.7 A Direção Ético Política do trabalho profissional na contemporaneidade.

Desmistificando o trabalho profissional do Assistente Social na contemporaneidade, consideramos que:

O atual debate no âmbito do Serviço Social aponta para necessidade de uma formação profissional conciliada com os novos tempos, com as novas demandas profissionais, emergindo daí a premência de uma revisão curricular, alicerçada no projeto pedagógico, tendo como grande desafio, um salto qualitativo no processo de formação dos assistentes sociais. (OLIVEIRA, 1999, p.351).

Assim,

Um dos quesitos para assegurar a atualidade da profissão é a construção de respostas profissionais sólidas frente às especificidades da questão social, emergente do atual contexto

político-sócio-econômico do país. (OLIVEIRA, 1999, p. 351).

Desta forma, a direção ético-política do agir profissional do Assistente Social, para ser entendida, exige um esforço para decifrar o movimento societário, as novas demandas, situando o Serviço Social na dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade civil.

Neste contexto, constatar a direção ético-política do trabalho profissional, segundo palavras de Iamamoto (2005, p. 75), é:

Re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

Nesta perspectiva, faz-se necessário,

Captar os reais interesses e necessidades das classes subalternas, sentir com ela suas paixões para que se possa efetuar a crítica do senso comum e da herança intelectual acumulada – papel da práxis (IAMAMOTO, 2005, p.77).

Propõe-se com isso:

Estimular a aproximação dos assistentes sociais às condições de vida das classes subalternas e de suas formas de luta e de organização. Captar as formas de explicitação social, cultural e política de seus interesses e necessidades, criadas no enfrentamento coletivo e individual de situações de vida, de experiências vivenciadas (IAMAMOTO, 2005, p.197).

Detectamos, portanto, o estímulo profissional a luta, a invenção e ao entendimento da constituição de sujeitos sociais, a partir da historicidade da vida cotidiana.

Sendo assim, de acordo com Iamamoto (2005, p. 228):

A prática social não se revela na sua imediatez. O ser social relaciona-se por intermédio de mediações que inter-relacionam forma e conteúdo, impondo-se desvendar as formas fenomênicas

como formas necessárias, gestadas na sociedade capitalista, para apreender o núcleo da prática social.

Acreditamos ainda, segundo Palma (1993, p. 143-144), que:

Seria necessário desenvolver um esquema metodológico orientado para a rápida identificação, em situações concretas, de um conjunto de traços que parametrem a decisão da prática dos assistentes sociais nesta situação e para a identificação, segundo os princípios que estamos postulando das suas possibilidades de transformação.

Verificamos com isso, a suposição do conhecimento crítico da prática profissional através dos postulados teóricos que possibilitem a apreensão do universo cultural das classes subalternas, contribuindo para a ultrapassagem de seus elementos opacos, que vedam o descortinar dos horizontes coletivos e possibilitem a transformação social.

Oliveira destaca como exigência apontada no processo de formação profissional:

A criação de um perfil profissional dotado de competência teórico-crítica, alicerçada nas principais matrizes do pensamento social da modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social e, competências técnico-política, que requer além do conhecimento e o domínio das ações diretas e indiretas pertinentes ao agir profissional, requer também o compromisso político (OLIVEIRA, 1999, p. 352).

Desta forma, acreditamos, segundo Oliveira (1999), que um dos eixos do processo de reformulação da formação profissional é o ensino da prática em suas dimensões teórica, ético-político e técnica, vinculando-se como um dos problemas centrais, e também a mediação entre o ensino teórico e o ensino prático para uma apreensão crítica que possa compreender a particularidade de seu objeto de investigação e intervenção.

Tal observação é pontuada por Iamamoto (2004, p.186) que:

Ressalta mais claramente quando se examina a polêmica atual como parte de uma caminhada no horizonte de ruptura com o praticismo estéril em que se vê mergulhado, ainda hoje, o exercício profissional cotidiano(...) Em outros casos, corre-se o risco de cair no extremo oposto-o teorismo estéril – distanciado da prática profissional cotidiana(...)

Assim, realizando uma caracterização da dimensão ético-política do profissional de Serviço Social, Iamamoto (2005, p. 79), destaca que:

Esse rumo ético-político requer um profissional informado, culto, crítico e competente. Exige romper tanto com o teorismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência, mas não a competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das normas da instituição, da burocracia.

A autora (2005, p.80) conceitua também quanto ao requisito ético-político, citando que:

O requisito é, ao inverso, uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrenta-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o como fazer ao o que fazer e, este, ao dever ser, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

Neste contexto, sugerimos que:

Uma competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber profissional, subordinando-o à direção do fazer, recusando os espontaneísmos, os voluntarismos, os determinismos e demais “ismos” que cindem o exercício profissional, desviando as rotas desejáveis da ação. Em outros termos, é preciso estabelecer os rumos e estratégias de ação a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional. Uma vez decifradas, essas tendências podem ser acionadas pela vontade política dos sujeitos, de forma a extrair estratégias de ação reconciliadas com a realidade objetiva, de modo a preservar sua viabilidade, reduzindo assim a distância entre o desejável e o possível (IAMAMOTO, 2004, p. 184-185)

Tal perspectiva reforça a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, com respeito aos usuários, investindo na melhoria dos programas institucionais, na rede de serviços, formulando, contudo, propostas e estratégias de ação, de políticas criativas zelando

pela eficácia dos serviços prestados.

Desta forma, pontuamos que esta conceituação:

Requer uma nova natureza do trabalho profissional, que não recusa as tarefas socialmente atribuídas a esse profissional, mas lhes atribui um tratamento teórico-metodológico e ético-político diferenciado (IAMAMOTO, 2005, p. 80).

Nesta perspectiva, constatamos que esta nova natureza do trabalho profissional requer um diferencial para profissão que possibilite a transformação crítica e dialética da categoria profissional. Como cita Iamamoto, (2005, p.80) que:

Dimensionar o novo trabalho profissional significa captar as inéditas mediações históricas que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que opera o Serviço Social. Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras.

Assim, de acordo com Sant'ana (2000, p.82) a direção ético-política do trabalho profissional, posiciona-se a favor de uma nova ordem sem dominação e exploração de classe, gênero e etnia. Tem ainda, como princípios, a defesa dos direitos humanos, a recusa ao autoritarismo e ao preconceito, e o reconhecimento do pluralismo, como forma da direção social estratégica do Serviço Social enfatizando o compromisso ético-político dos profissionais.

Citamos também uma postura profissional que trata:

De valores e finalidades, e isto significa escolha, compromisso e responsabilidade para com a construção de uma nova ordem societária a partir de estratégias que considerem os marcos da atuação profissional neste contexto histórico (SANT'ANA, 2000, p.84).

E que ainda:

Exige do profissional uma postura crítica frente ao mundo(...) e assumirem um compromisso com o usuário conseguindo contextualizar as questões trazidas por estes, seja no atendimento

individual ou grupal (SANT'ANA, 2000, p.84).

Enfatizando a realidade profissional, consideramos, segundo Sant'ana, (2000) que diversas contradições e limites estão presentes na ação profissional, oriundos da própria inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho hoje vigente. Porém, é preciso ressaltar que em qualquer espaço ocupacional é possível e exeqüível uma prática comprometida com o projeto ético-político da profissão, desde que o Assistente Social tenha um alinhamento teórico político com tal projeto.

O que varia nos diversos espaços de atuação são as estratégias e os níveis de avanço que esse procedimento pode alcançar, de acordo com os limites postos pela realidade institucional e o tipo de demanda que o profissional tem que atender. O fato de a maioria dos profissionais não se comprometerem integralmente com uma prática transformadora é resultado da falta de preparo e comprometimento por parte destes, que acabam por fazer cumprir os projetos institucionais e nem sempre priorizam a qualidade do atendimento de seus usuários (SANT'ANA, 2000, p.89).

Nesta perspectiva, a posição de subalternidade do Serviço Social na hierarquia institucional, associada a uma frouxa determinação de defesa dos usuários, faz com que muitos profissionais assimilem os limites e normas institucionais como algo natural ou, no máximo, passível de pequenas reformulações, agindo como ser particular e não cumprindo com os princípios éticos-políticos da profissão.

Contudo, de acordo com Sant'ana (2000), hoje se firma no pensamento ético-político da prática profissional, a idéia de que o mesmo pressupõe a convivência e os costumes sociais e políticos perspectivados sob a inspiração de valores: valores éticos, políticos e jurídicos. Ou seja: um conjunto de idéias, de ideais, de princípios (éticos e políticos) que ordena a categoria profissional no seu agir frente à população usuária.

Assim, para este trabalho, importa afirmar que esta direção ético-política do trabalho profissional é fundada à luz dos direitos humanos, políticos e sociais na perspectiva de assegurá-los, com real eficácia a todos os sujeitos em suas dignidades de pessoas humanas. Com valores éticos e políticos expressos preponderantemente na vivência cotidiana e no contexto social em que estão inseridos e que é desvendado pelo Assistente Social.

2.8 A Política de Assistência Social e o Serviço Social

A Política de Assistência Social é uma Política Pública. Dessa forma à Assistência Social integra o campo dos direitos sociais, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal e no seu artigo 194 que produz o direito à saúde, previdência social e assistência social. Tais direitos conferem ao cidadão o direito a usufruir determinados serviços ou benefícios na condição de proteção social não contributiva.

O art. 203, da constituição federal de 1988, cita que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Desta forma, a assistência social deve dirigir-se “a quem dela necessitar”, isto é, independentemente de contribuição à seguridade social, sendo então, direito de todos os brasileiros na condição de direito de cidadania.

Outros direitos da assistência social derivam do fato dela ser dever do Estado. Isso atribui um conjunto de direitos aos usuários bem como da igualdade de acesso aos serviços, ser tratado com dignidade e não ser exposto à situação vexatória, e ainda de ter garantido o direito a informações sobre o serviço e às informações do uso do dinheiro público.

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social nº 8742, de 07.12.1993:

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória

de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Sendo assim, esta legislação requer que a política de assistência social seja universal e que efetive um atendimento digno e de qualidade aos seus usuários, com igualdade no acesso aos direitos sociais e respeito a todo cidadão.

Os direitos dos usuários de assistência social é algo muito novo na realidade brasileira, sendo ainda necessário muito esclarecimento e luta para o sistema de justiça os faça valer sua concretização. Sem perder esse objetivo de vista e por ele lutar como preceito da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS entende-se que é possível desenvolver a cultura de direito de cidadania no próprio funcionamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Assim, o SUAS vai organizar a Assistência Social, considerando onde as pessoas vivem e o tipo de proteção que elas precisam. Isso que é a territorialização, ou seja, combinar o atendimento às necessidades.

Neste contexto, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (Brasília, novembro de 2004):

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Esta proteção social tem como foco de atenção principal as famílias em situação de vulnerabilidade social, e compreende programas e ações para fortalecer os vínculos familiares, em conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho.

A Política Nacional de Assistência Social (Brasília, novembro de 2004), define ainda que:

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Sendo assim, a proteção social especial é destinada às famílias que se encontram em situação de risco social, com direitos violados e cujos vínculos familiares e comunitários foram rompidos ou não, se subdividindo em média e alta complexidade.

Referindo-nos à Proteção Social Especial de média complexidade, destacamos a Política Nacional de Assistência Social (Brasília, novembro de 2004) que discorre:

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujo vínculo familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, acompanhamento sistemático e monitorado.

Já na Proteção Social Especial de alta complexidade, são considerados serviços:

Aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 2004).

Diante deste contexto, a Assistência Social a partir dos resultados que produz na sociedade, é considerada política pública de direção universal e direito de cidadania, capaz de alargar a agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com suas necessidades e independentemente de sua renda, a partir de sua condição inerente de sujeito de direitos.

Assim, o Assistente Social que tem sua prática pautada na Política de Assistência

Social, deve ter como foco principal de suas ações a universalização dos direitos sociais e o atendimento às necessidades básicas dos indivíduos na sua totalidade, garantindo-os segurança e proteção social.

3. O CENÁRIO DA PESQUISA

Com o objetivo de desvendar a realidade profissional do Assistente Social no campo de atendimento da criança e adolescente na Prefeitura Municipal de Pederneiras - Departamento Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e no Centro de Formação e Integração do Menor de Igarapu do Tietê - Projeto Vida, este capítulo apresentará o cenário de estudo: O Departamento Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Pederneiras e o Projeto Vida de Igarapu do Tietê.

3.1 Apresentação da Prefeitura Municipal de Pederneiras - Departamento Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

A Prefeitura Municipal de Pederneiras através do Departamento Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social é responsável por atender as demandas tradicionais e emergentes apresentadas pela população municipal intervindo nas mais diversas expressões da questão social cotidianas bem como, pobreza, desemprego, miséria, exclusão social, violência, drogadição, analfabetismo, desigualdade social, evasão escolar, entre outras.

Na instituição, as famílias que sofrem situações de vulnerabilidade, fragilidade e de riscos sociais são prioridades no atendimento dos programas executados e financiados pelo município de Pederneiras que trabalha de acordo com as políticas sociais, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) juntamente com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que busca o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania e tem por garantias: a segurança de acolhida, a segurança social de renda, a segurança do convívio familiar, comunitário e social, a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.

O Departamento Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social tem como objetivo geral proporcionar serviços, programas e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem, contribuindo com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e

serviços sócio-assistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural, assegurando que as ações no âmbito da Assistência tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. E como objetivos específicos garantir a criação de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial diante das necessidades; aprimorar os serviços, programas e projetos já realizados na área da assistência social; articular a rede de serviços do município zelando pela centralidade familiar; contribuir para a efetivação dos direitos sociais dos usuários enquanto cidadãos de direitos e deveres; desenvolver a auto-estima e a melhoria da qualidade de vida dos usuários através de ações que busquem a emancipação e a prevenção e oportunizar os usuários ao acesso a serviços e programas em regime semi-aberto, dando, contudo, o privilégio à informação, à cultura, ao esporte, à processos de ampliação de formada escolar, às relações sociais, à pessoa e à família.

O Departamento Social é uma instituição de natureza pública que intervém na essência da realidade social da população usuária com a finalidade de contribuir para a efetivação dos direitos sociais e acesso à cidadania dos usuários lutando pela garantia de uma melhor qualidade de vida e emancipação social das famílias através do atendimento social realizado numa totalidade e da inserção em programas, projetos assistenciais e prestação de serviços sócio-assistenciais.

A instituição tem uma meta voltada para política de Assistência Social com a intencionalidade de trabalhar dialeticamente as expressões da questão social dos usuários com flexibilidade, desenvolvendo suas ações sempre baseadas em leis e princípios com a preocupação voltada para o desenvolvimento sócio-econômico do município, e para a área produtiva, buscando, contudo, atingir a cidadania e a efetivação dos direitos sociais da população usuária.

Através do Departamento Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social a Prefeitura Municipal atende uma população integrante de famílias de baixa renda que sofrem com a vulnerabilidade e desigualdade social, quando que, o mesmo desenvolve programas de trabalho e renda, de complementação de renda e sócio-educativos, atendendo também a população usuária com benefícios que supram as necessidades básicas e imediatas como uma forma de se atingir resultados mais longínquos.

O Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social está buscando a gestão plena no qual o município tem a gestão total das ações de assistência social, que o gestor ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção social básica e especial em seu

município, deve prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violação de direitos existentes no município.

A demanda usuária é representada por famílias de todas as idades e sexo, sendo que a grande demanda é de lavradores, autônomos e trabalhadoras domésticas, porém há também dentro da demanda usuária outras diversidades de profissões, sendo que os mesmos são atendidos com 150 vagas para crianças e adolescentes de 07 à 11 anos e onze meses e 12 à 14 anos e onze meses através do Projeto Aprendendo a Crescer, quando que estes devem estar regularmente matriculados em escolas da rede pública ou municipal de ensino; 61 vagas para o Programa Renda Cidadã que atende famílias vulnerabilizadas; 70 vagas no Programa Ação Jovem que atende adolescentes e jovens de 15 à 24 anos e 200 vagas para cursos profissionalizantes para adultos e idosos através de uma parceria com o SENAI.

Diante disto, se fez necessário à implantação de uma “rede efetiva” integrando os Serviços, Programas, Projetos e Atividades inter-relacionado-os entorno de objetivos e tarefas comuns, facilitando o acesso dos usuários aos órgãos e serviços, diminuindo a burocracia do atendimento, satisfazendo as demandas com maior rapidez, instituindo a co-responsabilidade de cada serviço envolvido.

Os direitos sócio-assistenciais ou de assistência social, como estabelece a LOAS, enquanto direitos de cidadania, se fundamentam nos direitos sociais, e não se restringem à pobreza: “compreendem benefícios e serviços de assistência social oponíveis contra o Estado, estabelecidos ou às vezes, em processo de consolidação, sempre derivados da Constituição Federal e da LOAS e concernentes, primordialmente, às iniciativas estatais concentradas na proteção social, vigilância social e defesa de direitos dos usuários da Assistência social, com fundamento na dignidade da pessoa humana”.

Assim, através da concretização do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, implementou-se a rede de proteção social básica com o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e a rede de proteção social especial com o objetivo de prover atenções sócio-assistenciais as famílias, seus membros e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, o que exige uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do executivo. Se divide em Média e Alta Complexidade.

Para o atendimento da população usuária em situação de vulnerabilidade ou risco

pessoal e social, o Serviço Social trabalha com os seguintes programas na *Rede de proteção social básica:

Programa Bolsa Família que é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. Este programa integra o Fome Zero, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O Programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda à família;
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa -Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

O Bolsa-Família prevê a unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. São chamados “programas remanescentes”.

Programa Ação Jovem - incentivo aos jovens entre 15 e 24 anos de idade a voltarem para a escola e concluírem o ensino-médio. Para isso, é concedida uma bolsa no valor de R\$ 60,00 mensais para os alunos selecionados, que devem se matricular no ensino regular de educação básica ou Ensino de Jovens e Adultos - EJA, ou participar de cursos;

Programa Renda Cidadã - tem como objetivo a transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, propiciando apoio financeiro temporário e ações com enfoque socioeducativo.

O valor do subsídio financeiro é de R\$ 60,00 mês por família. Na Região

Metropolitana de São Paulo, com exceção da Capital, este valor é variável podendo chegar a R\$ 95,00 dependendo do número de filhos menor de 15 (quinze) anos de idade.

O subsídio financeiro é creditado mensalmente em agências do Banco Nossa Caixa. A família saca por meio de cartão magnético, pessoal e intransferível.

As famílias selecionadas serão beneficiadas por até 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, mediante avaliação do técnico responsável pelo atendimento. No município de Pederneiras 60 famílias recebem o Programa Renda Cidadã.

Como critério para inscrição a família terá que:

- ter residência situada em pólo de intervenção social, definido pelo município;
- residir no município há 2 (dois) anos;
- apresentar comprovante ou declaração de endereço onde possa ser localizada;
- apresentar renda per-capita de até R\$ 100,00 (cem reais);
- possuir chefe de família com idade mínima de 18 (dezoito) anos, legalmente comprovada;
- comprovar matrícula e frequência no ensino fundamental, de crianças e adolescentes com idade entre 7 (sete) e 14 (catorze) anos;
- apresentar carteira de vacinação atualizada referente às crianças com até 5 (cinco) anos;

Como indicadores para avaliação de resultados, são estabelecidos:

- retorno das crianças e adolescentes à escola;
- aumento da permanência na escola e diminuição dos índices de evasão escolar;
- melhoria nas relações familiares/resgate da auto-estima;
- melhoria da qualidade de vida da família.

SENAI – com cursos profissionalizantes (marcenaria, instalador, residencial, pedreiro, informática); O serviço de Capacitação conveniado com o SENAI, são cursos rápidos com duração de 03 meses e no final do curso o aluno recebe certificado do SENAI, é realizado na própria instituição SENAI do município, e os cursos oferecidos são informática, eletricitista residencial e hidráulica. Esses cursos são oferecidos para pessoas com idade acima de 16 anos de ambos os sexos. Esse curso surgiu a partir de um grande percentual da população do município não ter qualificação profissional.

Programa de Trabalho e Renda (corte e costura, presponto em calçados, culinária e artesanato) - oferecido para população do sexo feminino. O serviço de Geração de Renda surgiu através do grande excedente da população desempregada na comunidade e da

demanda existente de nossos usuários é que pretendemos dar uma resposta positiva ou alternativa através de cursos de curta duração, para preparação eficiente de pessoas que por diversas razões se encontram em situação de desemprego, objetivando a inserção desse profissional no mercado de trabalho.

Oferecendo a população interessada em cursos rápidos de qualificação ou requalificação a pessoas desempregadas, na busca de ampliar o leque de oportunidades e/ou o grau de empregabilidade no setor formal ou informal, indicando assim novas alternativas de geração de empregos e renda abrangendo todos os segmentos de nossa população.

Esses cursos são oferecidos para ambos os sexos, para jovens de 18 a 24 anos e adultos de 25 a 59 anos. A meta de atendimento é de 10 alunos por turma em cada oficina.

Pronto Atendimento - que busca atender as necessidades básicas emergenciais da população usuária, encaminhando-os também para atendimentos que buscam resultados longínquos;

Projeto Aprendendo a Crescer - que atende crianças e adolescentes de 07 a 14 anos e 11 meses, de ambos os sexos, em situação de risco social e pessoal, com dificuldades escolares e provenientes de famílias com renda mensal de até 2 salários mínimos e as atividades desenvolvidas são divididas em duas unidades, que são unidade I de 07 a 11 anos e 11 meses e a unidade II de 12 a 14 anos e 11 meses.

O projeto propicia às crianças e jovens de 07 a 14 anos e 11 meses, um conjunto de atividades voltadas ao apoio escolar, à cultura, ao esporte, ao lazer e à cidadania, os projetos que visam desenvolver tais atividades chamadas genericamente "após a escola", vem se tornando hoje e poderá evoluir para um programa integrante de educação de juventude.

Para uma sociedade profundamente abalada pela crescente violência urbana, que resulta do enfraquecimento dos valores morais, éticos e religiosos que alicerçam a base social das instituições, a implantação de ações que objetivam resgatar estes valores indica que há um caminho que poderá nos conduzir a tão desejada paz social.

O número de inscritos no projeto tem crescido ano a ano e os resultados são progressivamente mais animadores. Justifica-se tal procura, pois são de entusiasmar os resultados obtidos, quer no que se refere ao desempenho escolar formal, quer no desempenho físico e psíquico, quer quanto à integração na vida comunitária, ao repúdio ao uso de drogas. Hoje se atende aproximadamente 65 alunos de 07 a 11 anos e 11 meses e 65 alunos de 12 a 14 anos e 11 meses.

Tendo como objetivo geral oferecer um conjunto de ações complementares à escola e

de apoio psicossocial e sócio familiar a crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos e 11 meses, prioritariamente aqueles em situação de risco pessoal e social, provenientes de famílias empobrecidas, incluindo as pessoas com deficiência. Tem como objetivos específicos: fortalecer as relações pessoais, familiares e sociais; propiciar condições para o acesso, permanência e/ou retorno à escola, contribuindo para o sucesso escolar das crianças e adolescente; possibilitar o acesso das crianças, adolescentes e respectivas famílias à rede de serviços pública e privada; realizar ações conjuntas com demais serviços ou programas municipais/estaduais/federais, visando oferecer às crianças, adolescentes e suas famílias, condições propícias para o desenvolvimento social, minimizando ou anulando sua condição de exclusão; desenvolver ações centradas na família, por ser esta o núcleo essencial à constituição de vínculos afetivos importantes, informando e apoiando os pais para desempenharem com competência seu papel de educadores; oferecer atividades coordenadas entre si, atendendo às necessidades e interesses, das crianças e adolescentes, de acordo com sexo, faixa etária, condições de vida e grau de desenvolvimento físico e mental.

Serviço despertar - quando que surgiu da necessidade de atenção a uma faixa etária de 15 a 17 anos e 11 meses, que representa uma parcela significativa da população do Município de Pederneiras, basicamente mais vulnerável, que muitas vezes se sente excluída dos meios disponíveis para sua formação profissional, ou seja, ao seu direito adquirido à educação, a cultura, etc. E para se fazer cumprir um dos princípios fundamentais do ECA, na consolidação da proteção Integral e da prioridade absoluta de atenção ao adolescente.

Tal demanda representativa, que pela circunstância familiar necessita precocemente, contribuir com sua força de trabalho (despreparado) para a renda familiar, o que infelizmente o afaste dos bancos escolares, o desqualifica o projetando para o mercado informal e a margem da realização de seus sonhos profissionais, vocacionais e o que é mais agravante o projeta para um círculo vicioso já percorrido pelos seus ancestrais, propomos portanto quebrar esse círculo, através de ações voltadas a melhorar sua auto-estima, proporcionando atividades que lhe forneçam noções de profissionalidade, respeito, desenvolvimento de potencialidades.

A meta de atendimento é de 50 jovens divididos em 02 turmas (manhã/tarde) de ambos os sexos, em oficinas de marcenaria, corte e costura, instalação elétrica residencial e artesanato, na faixa etária de 15 a 17 anos e 11 meses.

O objetivo geral é oferecer aos adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos e 11 meses,

noções de profissionalização, autopromoção e de cidadania. E os objetivos específicos são: contribuir para o desenvolvimento individual e social do adolescente; veicular informações para os adolescentes, inseridos no programa, buscando esgotar ou desenvolver valores, direitos e deveres de cidadania e postura profissional; desenvolver ações de parceria com a escola, buscando a reinserção e permanência do adolescente na mesma; buscar parcerias com empresários, com o objetivo da inserção dos adolescentes ao mercado de trabalho formal.

*Rede de Proteção Social especial:

PETI – é um programa do governo federal que tem como objetivo retirar crianças e adolescentes de 07 a 15 anos de idade do trabalho infantil considerado perigoso, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança.

Seu objetivo é retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola, fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais e esportivas, artísticas e de lazer no período complementar ao da escola, ou seja, na jornada ampliada, proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas, promover e implementar programas e projetos de geração de trabalho e renda para famílias. Hoje em Pederneiras o PETI atende 04 crianças.

Poderão ser incluídos no PETI, crianças de 07 a 15 anos que trabalham em atividades perigosas, penosas e etc. As famílias com renda per capita de até meio salário mínimo serão priorizadas, ou seja, aqueles que vivem em situação de extrema pobreza.

Coordenação de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, e o Pronto Atendimento –através de ações que atendam uma necessidade básica emergencial da família e atendimento à algumas entidades do município, bem como: Casa Abrigo Manancial (apoio), APAE (apoio/PPD), Abrigo de Idosos – Lar São Vicente de Paula, Entidade de recuperação de Dependentes Químicos : GAAN e Comunidade Emanuel e Entidade Casa de Passagem : Casa de Maria.

Além destes serviços são oferecidos no Departamento Social: – Central de Ambulância - com agendamento para pacientes em tratamento médico na região de São Paulo;

O Serviço de Habitação que é um serviço municipal da casa própria é criado com a finalidade de encaminhar soluções duradouras e eficazes para a grave crise habitacional do Município, uma situação que, podendo agravar-se, reclama providências que dotem a municipalidade de instrumentos capazes de absorver as fortes pressões que o aquecimento

da demanda tem provocado no seio da sociedade. São utilizados terrenos do Município, resultantes de loteamentos executados em terras já de propriedade da Prefeitura ou que venham a ser desapropriadas para esse fim.

A Prefeitura venderá, com pagamentos em parcelas, materiais, a preço de custo, provenientes de produção da Fábrica Municipal de Artefatos de cimento. Os recursos da mão-de-obra serão decorrentes do esforço familiar e da ação comunitária, através de sistema de mutirão e da eventual participação da força de trabalho municipal, quando necessária e oportuna, desde que haja disponibilidade de servidores, ou, ainda, através de empresas contratadas pelos beneficiários em função de financiamento autorizados pelo Sistema de Habitação.

O Serviço Clube da Terceira Idade Renascer que atende pessoas com faixa etária acima de 60 anos e as atividades desenvolvidas são atividades físicas e práticas esportivas uma vez por semana na sede do Clube, atividades culturais e artísticas, atividades de lazer e recreação, fornecimento de refeições, atividade de hidroginástica nas academias conveniadas, realizam bailes, bingos e realizam viagens para diversos lugares. Tem apoio social, como promoção de palestras, dinâmicas de grupo, reuniões com a comunidade.

Contudo, através de todas estas políticas de atendimento aos usuários, destacamos que a instituição busca-se de forma totalitária e interdisciplinar contribuir para uma melhor qualidade de vida da população usuária municipal e futura transformação social.

3.2 Apresentação do Centro de Formação e Integração do Menor de Igarapu do Tietê – Projeto Vida

O Centro de Formação e Integração do Menor de Igarapu do Tietê – Projeto Vida, fundado em 04 de novembro de 1995, é uma entidade beneficente de assistência social.

De acordo com a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Estes segmentos gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, com absoluta prioridade, pois são pessoas em desenvolvimento e, portanto, precisam de cuidados especiais para que cresçam positivamente em todos os âmbitos.

Mesmo sendo lei, muitas crianças e adolescentes ainda vivem nas ruas ou em

condições de risco social, não sendo garantido a elas todos os direitos previstos, muitas vezes nem mesmo o direito a vida e a saúde, ou o direito a educação, contribuindo para que nossas crianças e adolescentes cresçam sem perspectivas de uma vida melhor.

É necessário, portanto, uma jornada ampliada para que as crianças pertencentes às famílias em situação de vulnerabilidade social possam ter uma oportunidade de desenvolvimento sadio e positivo, sendo garantido a elas, acesso à educação, saúde, alimentação, orientação, e até mesmo o direito de brincar que muitas vezes é esquecido devido ao fato da criança precisar trabalhar para ajudar na renda familiar.

O Projeto Vida neste contexto busca garantir esses direitos atendendo crianças e adolescentes de ambos os sexos sem distinção de credo ou religião, cujos pais trabalham ficando sem amparo ou proteção.

Dessa maneira, a entidade se apresenta como uma entidade onde essas meninas e meninos possam receber alimentação, orientação, tempo para brincar, atividades artesanais, cultural, esportiva, educacional e encaminhamento para recursos da comunidade, público ou privado, possibilitando assim um desenvolvimento de qualidade.

A entidade tem capacidade de atendimento para 100 crianças e adolescentes de 9 a 15 anos e 11 meses, de ambos os sexos, sem distinção de credo ou religião, provenientes de famílias de baixa renda em situação de risco pessoal e social.

Em sua grande maioria a população usuária não está inserida em família nuclear, seus pais estão vivendo uma segunda ou terceira união, sendo assim estes vivem com madrastas ou padrastos. Destas novas uniões normalmente nascem novos filhos, constituindo-se assim, famílias numerosas e com baixo poder aquisitivo. Também é comum crianças que circulam entre casa de parentes.

A maioria dos pais trabalha no cultivo da cana-de-açúcar. Mas, outro trabalho bastante expressivo para o sexo feminino é o de doméstica ou diarista.

Percebemos muitos pais analfabetos ou semi-analfabetos e as crianças e adolescentes apresentam grande dificuldade no aprendizado, consequência do sistema de ensino e da falta de estímulo em casa.

Resumimos a demanda atendida como sendo carente econômica, afetiva, social e culturalmente.

O Projeto Vida tem como objetivo geral propiciar o atendimento à criança e ao adolescente, proveniente de família de baixa renda e em situação de risco pessoal e social do

município, proporcionando um aumento da qualidade de vida, visando à interação destes segmentos excluídos às oportunidades efetivas de desenvolvimento e proteção social. Enfim, oportunizando sua interação à sociedade, através de ações desencadeadoras, no âmbito social, cultural, esportivo, educativo, ocupacional, recreativo, lazer e etc. com perspectiva de incorporar caráter devolvendo ou oportunizando a cidadania.

Especificamente, a entidade visa resgatar e garantir direitos através de formulação de políticas e diretrizes de atenção à adolescentes; fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e adolescente por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer.

Também busca parceria com a comunidade, poder público municipal, estadual, federal e órgãos afins, através da sensibilização para a questão da criança e do adolescente; fortalece as relações pessoais, familiares e sociais; propicia condições para o acesso, permanência e retorno à escola, contribuindo para o sucesso escolar das crianças e adolescentes.

Possibilita o acesso das crianças/adolescentes e respectivas famílias à rede de serviços pública e privada; desenvolve ações centradas na família, por ser esta o núcleo essencial à constituição de vínculos afetivos, informando e apoiando os pais para desempenharem com competência seu papel de educadores.

Enfim, oferece atividades coordenadas entre si, atendendo às necessidades e interesses das crianças e adolescentes, de acordo com a faixa etária e grau de desenvolvimento físico e mental, propiciando assim o desenvolvimento de habilidades para a vida, facilitando o domínio do cotidiano em família e sociedade.

O Projeto Vida desenvolve atividades de segunda-feira à sexta-feira, das 8h às 17h, intercaladas com o período escolar, que tem como objetivos emancipar essas crianças e adolescentes.

Os serviços prestados são diversos, entre eles estão:

Atividades artesanais: bordados diversos em tecido, crochê, decoupage em tecido e madeira, pintura em tecido e tela, confecção de tapetes e bolsas de fuxico, bordado em chinelos, confecção de bijuterias, macramê;

Atividades recreativas e esportivas: inclui atividades de lazer e esporte visando despertar maior interesse das crianças/adolescentes através de atividades mais dinâmicas. Serão realizadas às 5ª feiras no ginásio de esportes, cedido pela prefeitura municipal; e aulas de natação na Academia Acquesh, ambos para turma da manhã e tarde. Citamos ainda:

queimada, pular corda, brincadeira de elástico, passeios diversos a parques, zoológico, churrasco e almoço de confraternização; aulas técnicas de futebol de salão;

Reforço escolar: espaço destinado à realização da tarefa escolar, sob orientação do monitor e atividades complementares (e dinamizadas);

Atividade cultural: aulas e apresentações de coral e dança, palestras educativas, participação em exposições, festividade em datas comemorativas, aula de dança;

Atividade religiosa: quinzenalmente e oração antes das refeições;

Alimentação: como sabemos, a alimentação é imprescindível para que a criança e o adolescente tenham desenvolvimento saudável e balanceado, seguindo cardápio elaborado por nutricionista da prefeitura serão oferecidas diariamente três refeições, sendo o café da manhã, almoço e lanche da tarde,

Aulas de informática: adequadas a idade de cada turma, promovendo a inclusão digital e social; programa específico para os adolescentes de 14 – 15 anos e 11 meses, preparatório para um trabalho profissional qualificado;

Aulas de cidadania: resgatar o senso de cidadania, solidariedade e ressaltar a importância dos eventos e comemorações cívicas, trabalhando a formação do indivíduo;

Higiene e saúde: higienização bucal diário e quinzenalmente higienização das unhas e cabelos (combate a pediculose);

Atendimento social e psicológico: acompanhamento familiar através de reuniões, palestras, atendimento individual, oficinas e trabalho de grupo com crianças e adolescentes, encaminhamentos diversos;

Transporte: a entidade dispõe de uma perua Kombi para apoio e facilitando a locomoção quando se fizer necessário, porém contamos com o apoio da prefeitura municipal para transporte escolar e de regresso para as casas e em atividades extras;

Enfim, a entidade oferece atividades sócio-educativas, ações sócio-familiar, apoio escolar, atividades sócio-culturais, desenvolvimento de habilidades para a vida (trabalhos manuais e artesanais), informações e orientações sobre assuntos cotidianos, iniciação ao esporte, oportunidade de lazer, alimentação, musicalidade e educação para a cidadania, proporcionando um aumento da qualidade de vida, e oportunizando efetivamente ao desenvolvimento e proteção social e sua interação à sociedade, numa busca permanente de minimizar tais condições de desamparo e abandono.

O Projeto Vida tem por finalidade atender crianças e adolescentes vítimas das diversas expressões da questão social como: a pobreza, o desemprego, o estresse, o

alcooolismo, as drogas, a violência doméstica intrafamiliar. Na Entidade realiza-se um trabalho sócio-educativo com as crianças/adolescentes/famílias, buscando minimizar as dificuldades cotidianas, resgatando a auto-estima, criatividade e pontencialização dos usuários, almejando o fortalecimento das relações familiares.

As demandas atendidas nesta entidade são de famílias que sofrem a vulnerabilidade social, vitimizadas com injustiças e desigualdades sociais. Estes indivíduos estão excluídos da sociedade, sem oportunidades, tornam-se sujeitos despreparados e desprovidos de uma vida digna, refletindo diretamente na vida das crianças e adolescente, prejudicando e desrespeitando seus direitos sociais.

4 EIXOS DA PESQUISA, APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme já relatado, são oito sujeitos que participaram da pesquisa, a saber: duas assistentes sociais, quatro monitores e dois gestores dos respectivos campos de estágio.

Todos os sujeitos tem idade entre 21 à 44 anos e tempo na instituição e prefeitura entre 1 ano e 06 meses à 11 anos. O grau de escolaridade varia do 2º grau (ensino médio) à especialização, de acordo com sua área de atuação, sendo os mesmos profissionais de odontologia, pedagogia, estudantes de psicologia e pedagogia, assistentes sociais, técnico em pesquisa rural e professor de ensino fundamental.

Os entrevistados são naturais dos municípios de Igarapu do Tiete, Macatuba, Pederneiras, São Paulo e Novo Cruzeiro localizados no estado de São Paulo.

As falas dos sujeitos permitiram identificar três eixos inter-relacionados de análise à saber: Percepções dos sujeitos da pesquisa sobre a prática do assistente social na política de atendimento da criança e do adolescente; Visão sobre a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social na política de atendimento da criança e do adolescente pelos sujeitos; Opinião dos sujeitos em relação ao agir profissional do assistente social na efetivação dos direitos sociais das crianças e adolescentes engajados nos projetos sociais.

4.1 Percepções dos sujeitos da pesquisa sobre a prática do assistente social na política de atendimento da criança e do adolescente.

Com base nos autores citados na fundamentação teórica, podemos ressaltar que a

prática do assistente social no atendimento à criança e adolescente deve ser dotada de competência teórico-crítica, alicerçada nas principais matrizes do pensamento social da modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social e, competências técnico-política, que requer além do conhecimento e o domínio das ações diretas e indiretas pertinentes ao agir profissional, requer também o compromisso ético-político.

Para o alcance dos objetivos da pesquisa procuramos identificar as percepções dos sujeitos da pesquisa sobre a profissão e a prática do assistente social na política de atendimento à criança e adolescente.

Deste modo, os entrevistados concebem a profissão de Serviço Social pontuando que:

Eu entendo que Serviço Social tem a obrigação de contribuir para apresentar os direitos de cidadãos na sociedade e ele também atua como agente desenvolvedor onde o ser humano vai ser inserido no contexto social sabendo seus direitos, seus deveres para uma qualidade de vida melhor na vida dos cidadãos (Sujeito 1, F. 21 anos).

É um trabalho muito importante para contribuir com as pessoas através das informações, possibilitando assim uma inclusão melhor na sociedade (Sujeito 2, F. 24 anos).

Estar envolvida em procurar dar um melhor atendimento no seu campo de trabalho. Se aprofundar nas dificuldades sociais de uma família ou comunidade (Sujeito 3, F. 41 anos).

O Serviço Social é de grande importância numa base familiar para ajudar familiar com certo grau de desenvolvimento, para que possam se desenvolver na sociedade como um todo, contribuindo para melhorias dentro de um contexto social (Sujeito 4, F. 29 anos).

De acordo com os depoimentos citados acima, podemos constatar a importância da profissão de Serviço Social no campo o qual as crianças e adolescentes estão inseridos.

Conforme pontua Huzak (1998, p. 23):

Trabalhar com a criança e adolescente significa propiciar situações de aprendizagens, cuidados e informações de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de respeito e confiança e acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Assim, cabe ao profissional de Serviço Social em seu espaço ocupacional buscar uma dimensão transformadora da realidade, proporcionando a criança e ao adolescente um desenvolvimento e crescimento digno, priorizando e atendendo suas necessidades e direitos sociais, estando sempre de acordo com o Projeto Hegemônico Profissional.

Neste contexto, Iamamoto nos coloca que:

As dimensões que configuram o Projeto Ético Político do Serviço Social, objetivam a construção de uma profissão que materializa os princípios éticos articulando competências em face dos espaços sócio ocupacionais (1998, p.17)

No mesmo parâmetro profissional, destacamos Queda (1997, p. 15) que cita:

O Profissional de Serviço Social com competência engloba o técnico e o político. Porém, estas dimensões são alcançadas de forma efetiva se embasadas no compromisso ético a respeito da competência, uma vez que esse compromisso vincula-se diretamente ao desenvolvimento do processo da cidadania dos usuários.

Neste contexto, conceituar Serviço Social requer um entendimento sobre as competências profissionais, entre elas o compromisso com a ética na efetivação dos direitos e no acesso à cidadania dos sujeitos atendidos.

Assim, segundo a maioria dos sujeitos entrevistados verificamos a importância do papel profissional no acesso à cidadania, inclusão, efetivação dos direitos sociais e qualidade de vida da população usuária.

Em contrapartida, a percepção de apenas um sujeito em relação à profissão de Serviço Social é de caráter assistencialista, voltada a prática de ajuda e clientelismo, porém com grande ênfase no desenvolvimento familiar, quando este demonstra pouco conhecimento a respeito da profissão na contemporaneidade.

Ilustrando essas percepções, identificamos também as concepções da prática do assistente social na política de atendimento à criança e adolescente pelos sujeitos que relatam:

Como eu tenho observado o trabalho do assistente social com as crianças e adolescentes, ela tem trabalhado de maneira coletiva com eles, fazendo um trabalho de socialização onde eles aprendem a ser mais reflexivo, a ser um cidadão crítico e que contribui muito para o seu exercício de cidadania, onde ele possa atuar como cidadão ativo com uma participação direta na sociedade (Sujeito 1, F. 21 anos).

O que eu pude observar é que o trabalho que a assistente social vem desenvolvendo com as crianças e adolescentes é de fundamental importância,

uma vez que mostram os seus direitos e assim podem ser inseridos melhor na sociedade (Sujeito 2, F. 24 anos).

Ajudar a desenvolver a consciência para uma vida melhor. É importante para que as crianças e adolescentes tenham um futuro melhor (Sujeito 3, F. 41 anos).

De maneira crítica, porque a pontos em que o assistente social não consegue atingir no seu todo o objetivo em que muitas famílias pretendem conquistar, de maneira que com as dificuldades apresentadas o assistente social fica incapaz de desenvolver o seu trabalho (Sujeito 4, F. 29 anos).

Em relação à prática do profissional de Serviço Social, evidenciamos a sua relevância no cotidiano dos usuários. Sant’Ana (2000, p. 84) ressalta que esta prática:

Exige do profissional uma postura crítica frente ao mundo(...) e assumirem um compromisso com o usuário conseguindo contextualizar as questões trazidas por estes, seja no atendimento individual ou grupal.

Desta forma, verificamos que a maioria dos entrevistados revelaram a prática profissional do assistente social de maneira crítica, reflexiva e que promove a participação social das crianças e adolescentes através dos atendimentos individuais e coletivos, garantindo-os um futuro promissor.

Por outro lado, apenas um sujeito acredita que o profissional não atinge seus objetivos devido às dificuldades apresentadas cotidianamente em seu ambiente de trabalho, uma vez que acumulam-se atribuições administrativas e o assistente social fica incapaz de cumprir com seu papel profissional de forma totalitária.

Assim, verificamos que os sujeitos possuem percepções diferenciadas sobre a profissão e a prática do assistente social, pois enquanto os primeiros apresentam uma visão dialética da profissão, o ultimo entrevistado segue uma linha positivista e de ajustamento, demonstrando assim pouco conhecimento e informação a respeito da profissão e prática profissional contemporânea.

4.2 Concepções sobre a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social na política de atendimento da criança e do adolescente pelos sujeitos da pesquisa.

Quanto ao segundo eixo, destacamos Iamamoto (2005, p. 195) que ressalta:

O Projeto Profissional do Serviço Social deve ser efetivado na cotidianidade da prática social, revelando horizontes para a formulação de contrapropostas profissionais no enfrentamento das expressões da questão social.

Assim, o Projeto Ético Político de Serviço Social requer a afirmação de um perfil profissional comprometido, propositivo, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo.

Neste sentido buscamos evidenciar o conhecimento dos sujeitos entrevistados a respeito do Projeto Ético Político da profissão, que ressaltam:

O Projeto Ético Político do Serviço Social veio para ordenar a formação profissional. É a ruptura do conservadorismo (do redimensionamento e da ação profissional), buscando o comprometimento da profissão com as necessidades dos usuários (Sujeito 5, F. 34 anos).

O Projeto Ético Político de Serviço Social em suma é a garantia dos direitos da população usuária, seja através do acesso aos recursos que a pessoa tem direito, a forma com que o profissional atende a população usuária e também através de programas que a entidade ou órgãos desenvolvem para atender todas as dificuldades. É todo o comprometimento do profissional em busca de efetivar realmente o seu propósito com essa população usuária, através de ações de comprometimento e de políticas que realmente atendam as reais necessidades da população usuária (Sujeito 6, F. 30 anos).

Diante do exposto, os assistentes sociais entrevistados revelaram possuir conhecimento a respeito do Projeto Ético Político do Serviço Social, inclusive ressaltaram o movimento de reconceituação, com o objetivo de ruptura com o conservadorismo, demonstrando a visibilidade e comprometimento do profissional de Serviço Social no

desenvolvimento de suas intervenções cotidianas que facilita o acesso aos direitos dos usuários, o que demonstra uma prática inovadora e comprometida com os princípios norteadores do Código de Ética e com a profissão no cenário contemporâneo.

Desta forma, destacamos a Legislação Brasileira do Serviço Social, (1993, p. 17) que evidencia:

O projeto social aí implicado se conecta ao projeto profissional do Serviço Social – que cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

Assim, entendemos que a prática do Serviço Social requer um profissional informado, culto, o qual tenha como fator central a ética e compromisso profissional, visando maior enfrentamento das contradições postas na sociedade contemporânea.

Identificamos também a efetivação do Projeto Profissional na política de atendimento à criança e adolescente pelos sujeitos da pesquisa, quando questionamos se os mesmos vêm efetivando este em sua prática cotidiana, quando pontuaram que:

Sim, através dos programas, projetos, nas esferas federais, estaduais e municipais, mas é preciso ter um comprometimento dos profissionais envolvidos nesta política de atendimento à criança e adolescente, para garantir a efetivação dos direitos sociais (Sujeito 5, F. 34 anos).

Eu acredito que sim, pelo menos todo o trabalho é bem voltado para se efetivar o Projeto Profissional, todas as ações sempre são bem planejadas antes de executar e avaliar os resultados, para procurar quando se fizer necessário alguma mudança e para que se realmente efetive o Projeto Hegemônico junto à população usuária.

A gente procura sempre trabalhar a crianças e adolescente na sua totalidade na entidade, fazer um acompanhamento nas questões familiares, encaminhando-os para os recursos da comunidade para que realmente a transformação social ocorra e para que a população usuária tenha acesso aos seus direitos e tenham novas oportunidades (Sujeito 6, F. 30 anos).

Em relação às falas descritas acima, pudemos observar que ambos os sujeitos além de apresentarem uma ampla visão a respeito do Projeto Ético Político, vem efetivando o mesmo

em sua prática cotidiana através de ações de caráter emancipatório e transformador, buscando sempre novas oportunidades e garantia dos direitos sociais da população usuária que atende.

Iamamoto (2005, p.145) pontua que:

A afirmação do Projeto Ético Político de Serviço Social requer a afirmação de um perfil profissional comprometido, propositivo, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo em que tudo que é sólido, desmancha no ar.

Desta forma, em concordância com a autora concluímos que os sujeitos demonstram serem dotados de competências teórico metodológica, ético política e técnico operativa, apresentando domínio a respeito o Projeto Profissional, para que assim se possa efetivá-lo na sua prática cotidiana com compromisso e ética profissional.

4.3 Contextualizações dos sujeitos da pesquisa em relação ao agir profissional do assistente social na efetivação dos direitos sociais das crianças e adolescentes atendidos nos projetos

Sabemos que todo profissional de Serviço Social na sua prática cotidiana deve ter como primazia a busca pela efetivação dos direitos sociais do público atendido.

Em relação ao campo da criança e adolescente, é fundamental que o assistente social investigue a realidade social que envolve esses sujeitos, realizando a intervenção com qualidade nos serviços prestados e atendimento digno, garantindo-os a emancipação e transformação social.

Nesta perspectiva, buscamos conhecer como é vista a relação do assistente social na política de atendimento da criança e do adolescente nos projetos em que são atendidos.

Os sujeitos responderam que:

A relação é de muita importância, porque sem o profissional de Serviço Social seria quase impossível a realização deste trabalho (Sujeito 7, M. 41 anos)

Eu acho primordial a participação do assistente social na política

de atendimento à criança e adolescente porque todos os projetos, todos os programas desenvolvidos incidem sobre as famílias e o assistente social é a pessoa que faz esse elo entre a criança, entre os profissionais que participam dos projetos e entre as famílias (Sujeito 8, F. 44 anos)

De acordo com os depoimentos dos sujeitos entrevistados, verificamos que a extrema relevância a relação do assistente social nos projetos, programas e serviços destinados à criança e adolescente, uma vez que o profissional faz a mediação instituição, usuários, profissionais e famílias.

Segundo Sant'Ana (2000, p. 90):

A medida que o profissional assume compromisso com a transformação da realidade social das crianças e adolescentes e institui como estratégia de ação, no atual momento histórico, a luta por direitos sociais, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário, seu perfil é necessariamente crítico e questionador. É preciso que este esteja munido de um referencial teórico metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva de totalidade e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação.

Neste contexto, o profissional de Serviço Social, dentro de uma instituição, é o único sujeito capaz de analisar a totalidade dos usuários envolvidos, atendendo as suas reais necessidades através do contexto em que cada um está inserido, respeitando seus valores, crenças, culturas e estereótipos, possibilitando assim que cada um seja o sujeito de sua própria transformação.

Procuramos saber também dos sujeitos entrevistados quais as ações que o assistente social está desenvolvendo para melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes engajados nos projetos, quando estes ressaltaram:

As avaliações, acompanhamentos, trabalho em grupo com crianças e adolescentes e suas famílias, visitas domiciliares. A partir do momento que você trabalha com um problema você mostra para aquela família uma nova visão de mudança, pois a pobreza não é um problema.

Os assistentes sociais fazem as pessoas enxergarem os direitos que podem conquistar, seus benefícios, saúde, pois muitas pessoas não

têm conhecimento de quais são seus direitos e deveres (Sujeito 7, M. 41 anos).

Através do nosso projeto Aprendendo a Crescer e outros que tem parceria, mais principalmente no nosso aqui, oferecemos oportunidades que eles não teriam como por exemplo, freqüentar uma escola de canto, caratê, de música, artesanato, só que tudo isso, esses trabalhos, além das oficinas, temos a presença do Assistente Social fazendo esse vínculo e vendo o que esta criança realmente precisa, de um encaminhamento, para saúde, como educação, como num projeto social, colocar, incluir no Bolsa-Família, nos programas de transferência de renda e isso aí depende somente do Assistente Social a frente disso pra transformar esses projetos. Nós temos reuniões com os familiares e isso é importantíssimo, por que as vezes a gente tem a necessidade de suprir aquilo que a criança não tem em casa. O Assistente Social vem dar o profissionalismo certo do projeto (Sujeito 8, F. 44 anos).

Os entrevistados relataram que os assistentes sociais realizam trabalhos em grupo com crianças, adolescentes e famílias, atendimentos individuais, acesso a benefícios que atendam às necessidades emergenciais e os de transferência de renda como, por exemplo, o programa bolsa família, estando sempre a frente dos projetos que oportunizam um trabalho sócio-educativo aos sujeitos atendidos.

A Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza que:

Estes segmentos gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, com absoluta prioridade, pois são pessoas em desenvolvimento e, portanto, precisam de cuidados especiais para que cresçam positivamente em todos os âmbitos.

Em concordância com esta legislação e com o depoimento dos sujeitos, constatamos a grande importância do trabalho desenvolvido pelo assistente social dentro de uma instituição e frente aos projetos sociais na melhoria das condições de vida dos usuários, quando este profissional desenvolve suas ações visando a efetivação de direitos sociais e a emancipação das crianças, adolescentes e respectivas famílias, acompanhando-os para que estes possam crescer e se desenvolver positivamente em todos os âmbitos de suas vidas.

Portanto, a partir dos depoimentos dos sujeitos entrevistados, concluímos que o trabalho do profissional de Serviço Social é de grande importância, uma vez que estes vêm cumprindo com seu papel profissional, estando de acordo com a direção ético-política e Projeto Hegemônico, desvelando assim a estreita ligação do agir profissional na efetivação dos direitos sociais das crianças e adolescentes atendidas por ambos os projetos.

5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A pesquisa teve como início a construção do projeto, quando levantamos o problema com a intencionalidade de desvendar a forma como os profissionais de Serviço Social concebem o campo de atendimento à criança e o adolescente na efetivação do Projeto Hegemônico Profissional.

Na hipótese abordada demonstramos que o assistente social no campo da criança e do adolescente se depara com diversas expressões da questão social vivenciadas pelos usuários cotidianamente. Desta forma o profissional faz a leitura da estrutura, conjuntura e situação social das demandas postas, levando em conta sua totalidade, bem como o contexto social em que estão inseridos.

O presente estudo caracterizou-se de forma qualitativa, sendo esta entendida como a busca dos desvelamentos e significados expressos de uma dada realidade social. Assim Martinelli (1999, p.21) pontua que:

A pesquisa qualitativa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se localizar a percepção dos sujeitos torna-se indispensável o contato direto com o sujeito da pesquisa (...) A riqueza que essa pesquisa traz para o pesquisador é muito importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente o objeto de análise.

Nesta pesquisa adotamos os seguintes procedimentos metodológicos:

O universo foi constituído por sete profissionais de Serviço Social, dois Gestores e nove monitores do Centro de Formação e Integração do Menor de Igarapu do Tietê e na Prefeitura Municipal de Pederneiras – Departamento de Assistência e Desenvolvimento

Social, totalizando 18 profissionais.

Entretanto para realizar a pesquisa empírica, foram “selecionados” oito sujeitos: duas assistentes sociais, sendo uma do Departamento Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Pederneiras, e outra do Centro de Formação e Integração do Menor de Igarapu do Tiete – Projeto Vida, quatro monitores sendo dois do Projeto Aprendendo a Crescer Prefeitura Municipal de Pederneiras, e outros dois do Projeto Vida, e por fim dois gestores sendo um do Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social e outro do Projeto Vida, totalizando 08 sujeitos da amostra.

Para a coleta dos dados empíricos, optamos pela técnica da entrevista por pautas, realizada através de poucas perguntas diretas, deixando o entrevistado falar livremente sobre as pautas assinaladas.

À respeito desta técnica, Lakatos e Marconi (2002, p. 94) ressaltam que:

A entrevista por pautas exige habilidade e perspicácia por parte do entrevistador que tem a liberdade de fazer as perguntas que quiser, sonda razões e motivos e de esclarecimentos de acordo com a situação em foco.

Neste contexto, esta técnica foi explorada com perguntas abertas através de uma conversação formal com a utilização do gravador.

Também fizemos o uso da observação sistemática da realidade vivenciada no campo de estágio, sendo esta freqüentemente realizada em condições planejadas e controladas, baseada nos objetivos da pesquisa.

Para Chizotti (2003, p. 54):

A observação sistemática objetiva superar as ilusões das percepções imediatas e construir um objeto que, tratado por definições provisórias, seja descrito por conhecimentos e estes permitam ao observador formular hipóteses explicativas a serem ulteriormente constatadas e analisadas.

Assim, constatamos que a observação é de fundamental importância, uma vez que esta é a base da investigação, sendo a chave para qualquer processo científico.

Posteriormente aplicamos o pré-teste para validar e ver a fidedignidade e

operatividade dos instrumentais de coleta de dados, para assim compreender o papel do Serviço Social neste contexto. O mesmo foi realizado com três sujeitos da amostra.

A pesquisa baseou-se nos campos de estágio já citados anteriormente, no período de abril a novembro de 2008, sendo que a observação sistemática iniciou-se na entrega do projeto de pesquisa sendo finalizada no mês de agosto. Já a entrevista por pautas foi realizada no mês de julho, em dias e horários definidos e planejados de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

Vale ressaltar que a receptividade dos sujeitos foi de extrema relevância, sendo que estes demonstraram grande comprometimento com as pautas em questão, argumentando com naturalidade e atenção quanto ao tema proposto.

Para a interpretação e análise dos dados realizamos a leitura de todas as pautas apontadas na entrevista que foram divididas de acordo com os eixos de análise. Posteriormente construímos o tratamento e análise dos dados correlacionando as falas dos sujeitos com base na fundamentação teórica estudada, apresentando assim os resultados da pesquisa e análise de seus dados empíricos com a interlocução dos referenciais teóricos pesquisados.

Contudo, a pesquisa foi muito gratificante, pois através dela adquirimos conhecimentos, respeito e admiração pela profissão e profissionais de Serviço Social que se dedicam pela efetivação e acesso aos direitos sociais da população usuária.

6 CONCLUSÃO

Na contemporaneidade o profissional de Serviço Social se depara com diversas expressões da questão social oriundas do sistema capitalista vigente. Vivemos em uma sociedade desigual e injusta, quando há violações de direitos sociais, perda da cidadania, autonomia e restrito reconhecimento das pessoas enquanto sujeitos sociais.

Desta forma, a profissão de Serviço Social de caráter investigativo e interventivo deve atuar nesta realidade cotidiana fazendo a leitura da estrutura e conjuntura das situações de vulnerabilidade e fragilidades sociais que envolvem o público em referência: a criança, o adolescente e respectivas famílias.

A exigência da postura ético-política do assistente social requer um posicionamento crítico, dialético, ético, comprometido, ou seja, um profissional que respeite a integralidade, subjetividade e totalidade de seu público alvo.

Também podemos considerar a importância deste profissional adquirir uma postura criativa, inovadora e propositiva, não restringindo-se apenas em ações imediatistas e individuais, mas direcionando-se também para ações de âmbito coletivo, através da proatividade, uma vez que estas proporcionam a efetivação de direitos sociais, acesso à cidadania e futura transformação e emancipação social. O presente estudo, teve como objetivo principal conhecer e analisar a prática do assistente social na política de atendimento da criança e do adolescente e sua relação para a efetivação do Projeto Hegemônico Profissional.

Assim, com base na pesquisa realizada com os profissionais do Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Pederneiras e do Centro de Formação e Integração do Menor de Igarapu do Tiete – Projeto Vida, constatamos que o trabalho realizado pelos profissionais de Serviço Social é de enfrentamento das expressões da questão social, das situações de vulnerabilidade e riscos sociais que afetam as crianças, adolescentes e famílias inseridas nos programas e projetos, para que assim sejam garantidos os direitos sociais e efetivação da cidadania, através de ações de caráter emancipatório, de acordo com a realidade vivenciada pelos usuários.

Evidenciamos que os resultados da pesquisa enfatizam a importância da intervenção do assistente social no contexto social da criança e do adolescente, quando este através de suas ações proporciona informações, inclusão social, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, exercício de cidadania, postura crítica frente às expressões da questão social, fazendo com que os usuários sejam sujeitos de sua própria transformação, garantindo-os um futuro promissor.

Notamos também a relevância do comprometimento do assistente social nos programas e projetos que atuam com as demais políticas sociais, trabalhando de maneira intersetorial e interdisciplinar, a fim de garantir atendimento integral às crianças e adolescentes, efetivando assim todos os direitos resguardados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e demais legislações que amparam este público.

Após a análise da pesquisa concluímos que os profissionais engajados na política de atendimento da criança e do adolescente são os mediadores entre estes sujeitos e a sociedade, tendo o domínio teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social, propiciando então a conquista de direitos, melhoria da qualidade de vida e reconhecimento social da população atendida.

Nesta perspectiva, a prática profissional do assistente social torna-se um desafio

teórico-prático quando que possibilita a construção de uma nova teoria a partir da prática (práxis), uma vez que ambas devem estar interligadas, fazendo com que as ações profissionais tornem-se transformadoras, numa visão de totalidade dos processos sociais.

Contudo, destacamos a importância do agir consciente e comprometido do profissional de Serviço Social no campo da criança e adolescente, uma vez que este é visto como sujeito em fase peculiar de desenvolvimento, tendo o assistente social o foco centrado em ações que garantam autonomia e cidadania, valorizando a dignidade, equidade e justiça social.

Neste contexto, apresentamos como primeira sugestão à realização de ações coletivas que englobem os profissionais de Serviço Social e monitores dos projetos, a fim de proporcionar um atendimento totalitário e interdisciplinar, garantindo também o conhecimento da prática profissional do assistente social e interação da equipe e usuários.

Ressaltamos ainda como segunda sugestão que o órgão gestor desenvolva projetos de capacitação profissional com temas voltados à criança e adolescente, buscando uma ação mais efetiva da equipe interdisciplinar que atua neste campo.

Isso significa que, com profissionais mais capacitados e articulados os resultados das ações terão maior visibilidade e efetividade, garantindo impacto social e comprometimento com o Projeto Ético Político Profissional.

REFERÊNCIAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. **Formação Profissional: Trajetórias e Desafios.** Cadernos ABESS, nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. A prática do Ensino no Curso de Serviço Social: reflexões necessárias. In.: **SERVIÇO Social & Realidade.** v.8. Franca: UNESP-FHDSS, 1999.

AZEVEDO, Adriana Fonseca; SARMETO, Helder Boska de Moraes. Projeto Ético Político, necessidades e direitos sociais. In.: **SERVIÇO Social & Sociedade. Política Social Desafios para o Serviço Social.** nº 92. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Institui o Estatuto da Criança e do**

Adolescente e da outras providencias. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 273 de 13 de março de 1993. **Institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social e dá outras providências.** Brasília, 1993.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

CASTRO, Manuel Henrique et al NETTO, José Paulo; VILLALOBOS, Balkys. **História do Serviço Social na América Latina.** ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CRESS/ SP. **O Serviço Social e a Realidade da Criança e do Adolescente.** ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado:** Comentários Jurídicos e Sociais. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILLI, Raquel. Desafios ao Novo Currículo de Serviço Social. In.: **SERVIÇO Social & Realidade.** v.8. Franca: UNESP-FHDSS, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

JORGE, Maria Raquel Tolosa. Serviço Social e Práticas Profissionais: contextualização e regionalização. In.: **SERVIÇO Social & Realidade.** v.1. Franca: UNESP-FHDSS, 1998.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família Brasileira a Base de Tudo.** ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Maria Helena de Almeida Lima. **Serviço Social e Sociedade Brasileira.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

MACEDO, Mirtes de Aguiar. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social: o tema “criança e adolescente” nas pesquisas em Serviço Social. In.: **ABESS**. nº 8. São Paulo: Cortez, 1998.

MACEDO, Mirtes de Aguiar. **Reconceitualização do Serviço Social**: formulações teóricas. São Paulo: Cortez, 1981.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. ed. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético Político Profissional. In.: **EMANCIPAÇÃO**. nº 1. São Paulo: UEPG, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia et al RODRIGUES, Maria Lúcia; MUCHAIL, Salma. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2.ed. São Paulo: Agir,1997.

NEGREIROS, Maria Augusta Geraldes. Qualificação acadêmica e profissionalização do Serviço Social: o caso português. In.: **SERVIÇO Social & Sociedade. Assistência Social Sociedade Civil**. nº56. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo; PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais**: o caso do Serviço Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário Silva. Formação profissional em Serviço Social: novos tempos, novos desafios. In.: **SERVIÇO Social & Realidade**. v.8. Franca: UNESP-FHDSS, 1999.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. Os desafios éticos e políticos da sociedade brasileira. In.: **SERVIÇO Social & Sociedade. Assistência Social Sociedade Civil**. nº 56. São Paulo: Cortez, 1998.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ROESLER, Marli. **Recortes temáticos: nossas reflexões nos anos 20 do Curso de Serviço Social da Unioeste.** ed. São Paulo: Edunioeste, 2007.

SÁ, Jeanete Leasch Martins. **Conhecimento e currículo em Serviço Social: análise das contradições (1936-1975).** ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SANT'ANA, Raquel Santos. A trajetória histórica do Serviço Social e a construção do seu projeto ético-político. In.: **SERVIÇO Social & Realidade.** v.8. Franca: UNESP- FHDSS, 1999.

SANT'ANA, Raquel Santos. O Desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. In.: **SERVIÇO Social & Sociedade. Processo de Trabalho e Assistência Social.** nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria de Guadalupe. **Ideologias do Serviço Social: reconceituação latino-americana.** ed. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do Projeto Profissional de ruptura.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Formação Profissional do Assistente Social: Inserção na realidade social e na dinâmica da profissão.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Metodologia do Serviço Social: contribuição para sua elaboração.** 3.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. In.: **SERVIÇO Social & Sociedade. Assistência Social Sociedade Civil.** nº 56. São Paulo: Cortez, 1998.